



AVEIRO  
Câmara Municipal

# pdm

revisão  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
Aveiro



**ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO**

**SISTEMA PRODUTIVO  
SETOR PRIMÁRIO**

Relatório | 5 A

novembro 2019

Imagem da capa:

© AdRA 2010  
todos os direitos reservados

## Estudos de Caracterização

---

**Sistema Produtivo**  
**Setor Primário**

Relatório | **5 A**



AVEIRO  
Câmara Municipal

**pdm** **revisão**  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL  
**Aveiro**

## Índice

.....	.....
Estudos de Caracterização.....	1
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>5</b>
2.1 NO CONTEXTO AGRÍCOLA NACIONAL.....	5
2.2 NA OCUPAÇÃO DO SOLO .....	6
<b>3. O SETOR PRIMARIO .....</b>	<b>8</b>
3.1 AGRICULTURA .....	9
3.1.1 Estrutura das Explorações Agrícolas .....	9
3.1.1.1 Nº de Explorações e SAU .....	9
3.1.1.2 Composição da SAU .....	11
3.1.1.3 Natureza jurídica do produtor .....	12
3.1.2 Utilização das terras.....	13
3.1.2.1 Superfície total das explorações .....	13
3.1.2.2 Composição da SAU .....	14
3.1.2.2.1 Culturas Temporárias .....	14
3.1.2.2.2 Culturas Permanentes .....	17
3.1.3 Efetivo Animal .....	20
3.1.4 Maquinas Agrícolas.....	23
3.1.5 A população e mão de obra agrícola.....	24
3.1.5.1 Caracterização da população agrícola .....	24
3.1.5.2 Caracterização do Produtor Agrícola Singular .....	25
3.1.5.3 Tempo de Atividade Agrícola.....	26
3.1.6 Síntese.....	26
3.2 FLORESTA .....	27
3.3 PESCA .....	29
<b>4. PROGRAMAS E PROJETOS RELEVANTES.....</b>	<b>33</b>
4.1 PROJETOS HIDROAGRÍCOLAS .....	33
4.2 EMPARCELAMENTO RURAL.....	35
4.3 DLBC RURAL DA REGIÃO DE AVEIRO NORTE E SUL E DLBC COSTEIRA .....	38
<b>5. PATRIMÓNIO RURAL /Natural .....</b>	<b>42</b>
5.1 PROGRAMAS E AÇÕES .....	43
<b>6. QUALIDADE/RISCOS .....</b>	<b>47</b>
<b>7. CARTA AGRÍCOLA .....</b>	<b>48</b>
<b>8. CONCLUSAO .....</b>	<b>50</b>

## Índice de quadros

quadro 1. Percentagem das diferentes classes de ocupação do solo.....	7
quadro 2. Ocupação florestal no concelho de Aveiro .....	8
quadro 3. Nº explorações e SAU, fonte: RA 2009.....	9
quadro 4. Evolução do nº explorações nas freguesias .....	10
quadro 5. Classes de SAU.....	11
quadro 6. Superfície Agrícola Média por exploração (ha).....	12
quadro 7. Natureza jurídica do produtor, por freguesia .....	12
quadro 8. Evolução da natureza jurídica do produtor.....	13
quadro 9. Composição das explorações no concelho em 2009.....	13
quadro 10. Composição da SAU (ha).....	14
quadro 11. Composição das culturas temporárias nas freguesias (ha) .....	15
quadro 12. Nº de explorações agrícolas por tipo de culturas temporárias .....	16
quadro 13. Superfície das culturas temporárias .....	17
quadro 14. Nº de explorações com culturas permanentes, 2009 .....	18
quadro 15. Culturas permanentes, ha, 2009.....	19
quadro 16. Variação nº de explorações das culturas permanentes.....	19
quadro 17. Explorações com efetivo animal/efetivo animal da exploração .....	21
quadro 18. Nº de explorações com efetivo animal .....	22
quadro 19. Efetivo animal da exploração.....	22
quadro 20. Evolução das explorações com máquinas agrícolas.....	23
quadro 21. População agrícola familiar.....	24
quadro 22. Peso social da agricultura nas freguesias .....	25
quadro 23. População agrícola familiar no concelho .....	25
quadro 24. Estrutura etária dos produtores agrícolas singulares .....	25
quadro 25. Proporção de produtores agrícolas e nível de escolaridade(%) .....	26
quadro 26. Produtores agrícolas singulares no concelho.....	26
quadro 27. Pop. Agr. familiar com act. remunerada exterior à exploração agrícola e relação de parentesco .....	26
quadro 28. Distribuição da ocupação dos espaços florestais .....	27
quadro 29. Evolução dos espaços florestais.....	28
quadro 30. Evolução do nº de embarcações licenciadas por comunidade entre 2007 e 2013 .....	30
quadro 31. Principais artes de pesca por comunidade em 2013.....	30
quadro 32. Representatividade de algumas espécies, 2012 .....	31
quadro 33. Apanhadores licenciados.....	31
quadro 34. Moluscicultura – ria de Aveiro.....	32
quadro 35. Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Vouga – Obra .....	33

## Índice de figuras

figura 1. Carta de ocupação do solo, 2014.....	6
figura 2. Ocupação do solo por freguesia,.....	7
figura 3. Mapa dos povoamentos florestais;.....	8
figura 4. Evolução da SAU nas freguesias (ha) .....	10
figura 5. Nº explorações e SAU (ha) .....	11
figura 6. Composição das culturas temporárias no concelho, 2009.....	14
figura 7. Nº de explorações agrícolas por tipo de culturas temporárias .....	16
figura 8. Nº proporção da superfície das culturas permanentes, por tipo, .....	17
figura 9. Nº de explorações agrícolas por tipo de culturas permanentes por freguesia.....	18
figura 10. Culturas permanentes – variação 1999-2009 .....	20
figura 11. Explorações agrícolas com efetivo animal no concelho, 2009 .....	21
figura 12. Explorações com máquinas agrícolas.....	23
figura 13. Evolução população agrícola familiar por freguesia.....	24
figura 14. Espaços florestais.....	28
<b>figura 15.</b> Comunidades Piscatórias da Ria de Aveiro e Costa Adjacente, .....	29
figura 16. Blocos Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Vouga.....	34
figura 17. Bloco do Baixo Vouga .....	34
figura 18. Perímetros de emparcelamento do Bloco do Baixo Vouga Lagunar, .....	35
figura 19. Unidades de paisagem.....	36
figura 20. Bloco Baixo Vouga Lagunar,.....	36
figura 21. delimitação dos DLBC's Norte e Sul .....	38
figura 22. DLBC Costeira .....	41
figura 23. Corredor ecológico Ribeira de Vilar .....	44
figura 24. Corredor ecológico Esteiro de S. Pedro.....	44
figura 25. Trilhos do Baixo Vouga.....	44
figura 26. Percurso do Forno Romano de Eixo .....	45
figura 27. Percurso do Parque da Balsa de Eixo .....	45
figura 28. Percurso da Pateira de Taboeira.....	46
figura 29. Parques de Requeixo e Carregal .....	46
figura 30. Cais de Esgueira .....	47
figura 31. 3- Zona Vulnerável Litoral Centro .....	48
figura 32. Extrato carta agrícola em anexo .....	50

## 1. INTRODUÇÃO

---

Apesar da pouca expressão económica do setor primário no concelho, o seu património natural e as suas características tradicionais oferecem um excelente enquadramento e potencial que importa manter e valorizar, enquanto condição estratégica básica da vida das populações e como garantia da sustentabilidade e preservação dos recursos.

A compreensão da paisagem implica o conhecimento rigoroso das várias componentes e utilizações do solo e de todas as expressões territoriais da atividade humana ao longo do tempo, suporte fundamental na identificação do seu potencial e na definição de estratégias de desenvolvimento do solo rural no concelho.

Com este objetivo, procedeu-se a uma caracterização sumária do setor primário, nomeadamente, pela análise do uso do solo e das variações ocorridas ao nível da estrutura das explorações agrícolas e dos sistemas produtivos, recorrendo ao tratamento e compilação das diferentes matérias e dados disponíveis, nomeadamente, do Recenseamento Agrícola de 2009(RA2009), estudos vários e informação da DRAPC.

Neste âmbito, este relatório pretende fazer uma caracterização mais específica do setor primário, parte integrante do relatório do sistema produtivo, que permita perceber o seu comportamento e identificar os projetos mais relevantes de intervenção e as ações de valorização do espaço rural do concelho.

## 2. ENQUADRAMENTO

---

### 2.1 NO CONTEXTO AGRÍCOLA NACIONAL

---

A integração de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, vem acentuar o atraso socioeconómico da agricultura portuguesa, quando comparada com a praticada noutros Estados Membros, sobretudo da Europa do Norte e Central, os quais apresentavam um setor agrícola modernizado, com altos níveis de produtividade e competitividade. Alguns fatores contribuem para esta situação, nomeadamente, a baixa produtividade agrícola em consequência da falta de modernização, associada a uma população agrícola em número excessivo e envelhecida. In 1º congresso de estudos rurais – território, agricultura e desenvolvimento

A subordinação do setor agrícola aos processos de industrialização e urbanização conduziu a que este setor permanecesse com estruturas agrícolas tradicionais, de base familiar, com formas de produção extensivas, orientadas para o autoconsumo, e sobrevivendo através do recurso à pluriatividade e/ou plurirendimento. In 1º congresso de estudos rurais – território, agricultura e desenvolvimento.

De facto, se avaliarmos os principais resultados do Recenseamento Agrícola de 2009, que sintetiza o comportamento da estrutura das explorações agrícolas e dos sistemas produtivos praticados na última década, sumariamente, verificou-se que ao nível nacional, em dez anos **uma em cada quatro explorações cessou a sua atividade**, mas **a superfície das explorações ainda ocupa metade do território nacional**; A paisagem agrícola alterou-se para sistemas de produção mais extensivos, com as pastagens permanentes a ocuparem praticamente metade da Superfície Agrícola Utilizada; **O produtor agrícola tipo é homem, tem 63 anos, e um baixo grau de escolaridade** - apenas completou o 1º ciclo do ensino básico, tem formação agrícola exclusivamente prática.

O reconhecimento desta realidade está refletido nas novas orientações políticas europeias para a conceção de desenvolvimento rural, onde a agricultura se assume cada vez mais multifuncional, desempenhando funções não produtivas, nomeadamente no que diz respeito à preservação das paisagens e espaços naturais, como resposta às preocupações sobre os efeitos colaterais do abandono agrícola como sejam; desertificação, deterioração ambiental e paisagística e perda de identidades culturais.

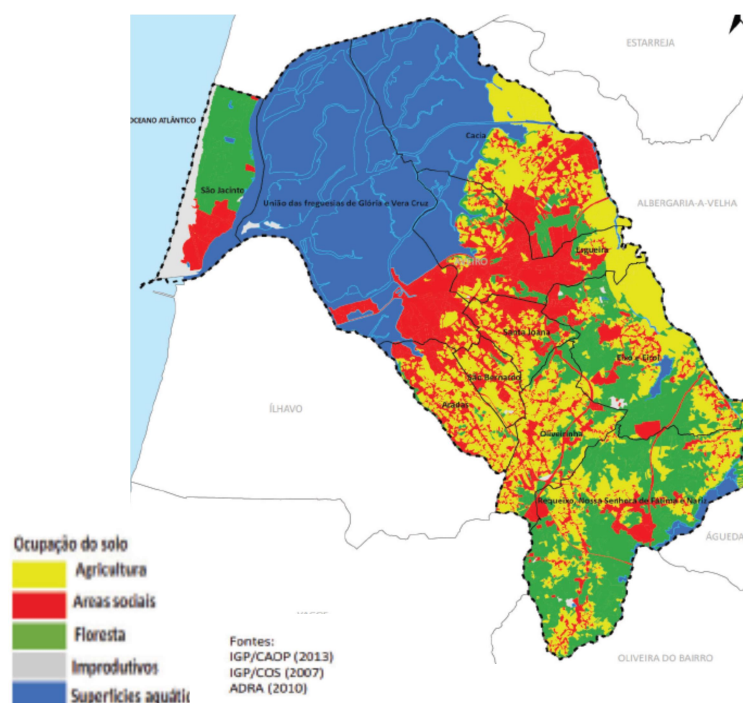
## 2.2 NA OCUPAÇÃO DO SOLO<sup>2</sup>

A ocupação do solo (Land cover), corresponde à cobertura (bio) física da superfície terrestre e o Uso do solo (Land use) é baseado na dimensão funcional da terra para diferentes propósitos ou atividades económicas. O uso do solo é definido pela organização espacial, atividades e ações que os seres humanos efetuam em determinado(s) tipo(s) de ocupação do solo. in IFN, Áreas dos usos do solo e espécies florestais de Portugal continental, Fevereiro 2013.

A posição geográfica do concelho, pela proximidade do mar e da ria de Aveiro, foi determinante nas opções e orientações das várias tipologias de ocupações do solo, atuando como regulador de clima e consequentemente nas condições da atividade agrícola.

Para a caracterização da ocupação do solo, usou-se como base a cartografia da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS2007) disponível no Instituto Geográfico Português, e, ainda, através de fotointerpretação dos ortofotomapas da ADRA (voo 2010) e de outras coberturas aéreas disponíveis (google maps e bingmaps), foi possível proceder-se à atualização da ocupação do solo em algumas zonas do território concelhio. in PMDFCI.

A expressão territorial da ocupação do solo no concelho, distingue, superfícies aquáticas (águas interiores, águas marinhas costeiras; zonas húmidas interiores e litorais); improdutivos (áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos; estaleiros e áreas em construção e praias e dunas); agricultura; áreas sociais (tecido urbano, que inclui, indústria, comércio e transportes, e ainda espaços verdes urbanos e equipamentos desportivos, culturais, de lazer e zonas históricas) e áreas de floresta.



**figura 1.** Carta de ocupação do solo, 2014  
fonte: PMDFCI, 2014

<sup>2</sup> O desenvolvimento deste ponto apoiou-se no Plano Municipal de Defesa Floresta Contra Incêndio- caderno I

Da análise da ocupação do solo distingue-se a extensa mancha hidrográfica da Ria de Aveiro, uma das mais notáveis e extensas zonas húmidas costeiras, marcada por inúmeros canais que chegam a invadir a cidade, circunstância singular que marca a sua identidade, e que no total representa cerca de 34% da área total do concelho. As áreas agrícolas ocupam cerca de 23 % da área total do concelho, seguida das áreas sociais e de floresta com cerca de 21%. (ver quadro 1)

Ocupação do solo	Áreas Sociais	Agricultura	Floresta	Superfícies Aquáticas	Improdutivos
19763,9 ha	4176,8	4489,2	4097,6	6672,0	328,3
%	21,1	22,7	20,7	33,8	1,7

quadro 1. Percentagem das diferentes classes de ocupação do solo, fonte: caderno I do PMDFCI, 2014

Esta especificidade tem maior expressão na união das freguesias da Glória e Vera Cruz o que determinou e condicionou a sua ocupação urbana, uma vez que, por um lado é a freguesia mais urbana do concelho, e por outro, cerca de 86% da sua área territorial é ocupada por **área húmida**. Também, na freguesia de Cacia, a zona húmida é bastante expressiva em relação às restantes freguesias do concelho ocupando mais de 50% do seu território, o que, associado à importante área de terrenos agrícolas presente, oferece no conjunto excelentes condições para a agricultura. Porém, os campos agrícolas do Baixo Vouga, apresentam alguns estrangulamentos naturais de salinização progressiva e inundações frequentes do solo, resultado de um sistema de drenagem deficiente e insuficiente.

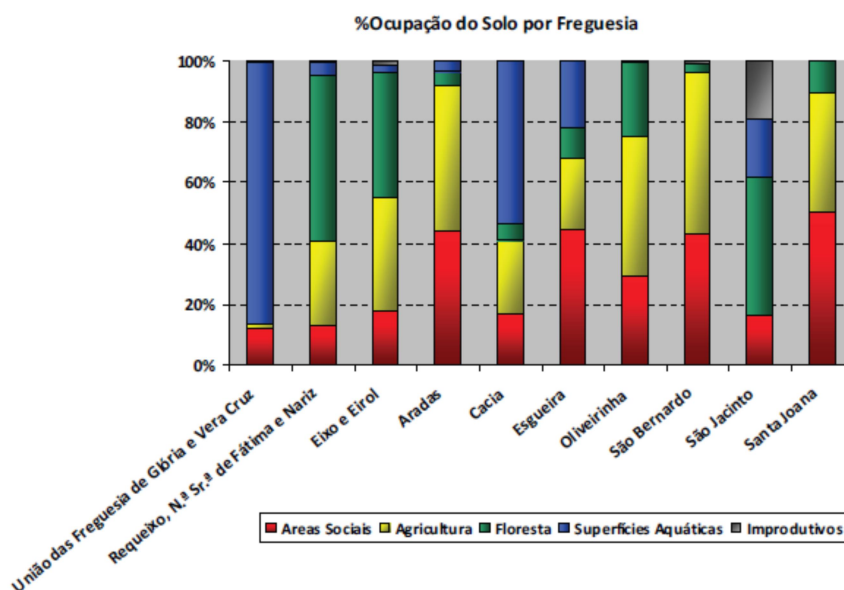


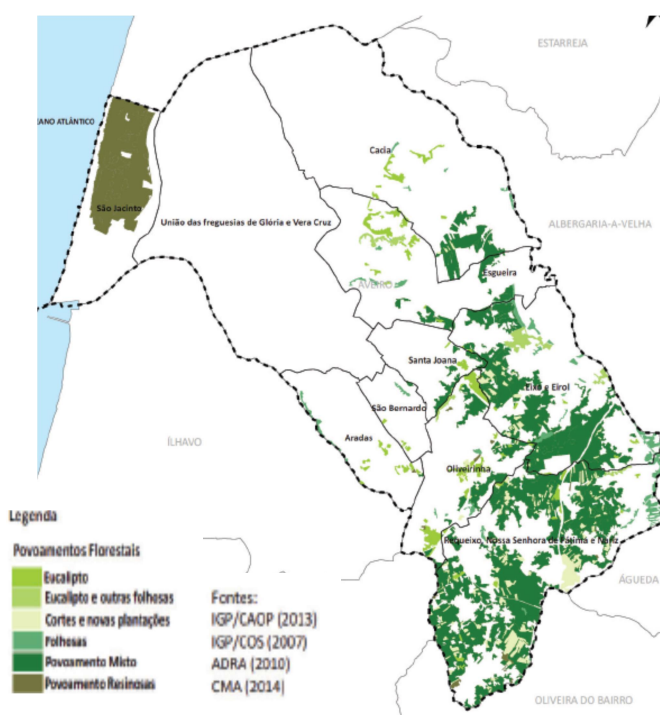
figura 2 . Ocupação do solo por freguesia, fonte: caderno I do PMDFCI, 2014

Por outro lado, ao nível da representação das **áreas sociais**, que expressam a ocupação urbana do território, verifica-se que nas freguesias que se situam perto do centro da cidade, como é o caso de Aradas; Esgueira; São Bernardo e Santa Joana, representam uma percentagem urbana relevante, acima dos 40%.

**As áreas agrícolas**, na generalidade tem expressão territorial em quase todo o município, excetuando, S. Jacinto (quase metade do seu território é ocupado pela área protegida da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto) e, a naturalmente a união das freguesias de Glória e Vera Cruz que representam a cidade. As freguesias com maiores valores de área agrícola são, Requeixo, N. Sr. de Fátima e Nariz; Cacia; Eixo e Eiról e Oliveirinha.

A **ocupação florestal** no concelho representa cerca 21% do seu território. As áreas florestais concentram-se nas freguesias mais rurais, portanto mais distantes da cidade, sendo que, a freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, representa o maior valor de ocupação florestal, correspondendo a praticamente

43% da área total florestal do Município e a 55% do seu território, pelo que, se poderá concluir que esta freguesia apresenta um importante potencial florestal. Destaca-se, ainda, a freguesia de São Jacinto cuja ocupação florestal se aproxima de 46%, da área total da freguesia, que corresponde à área protegida da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.



**figura 3.** Mapa dos povoamentos florestais; fonte: caderno I do PMDFCI, 2014

Também a freguesia de Eixo e Eirol apresenta um valor de área florestal importante, o que corresponde a 22 % da área de ocupação florestal do Município e a cerca de 40% da área total da freguesia.

Ocupação Florestal	Eucalipto	Eucalipto e outras folhosas	Cortes e novas plantações	Folhosas	Povoamento Misto	Povoamento Resinosas	Matos
4097,6 ha	258,3	98,2	289,0	196,1	2564,8	653,4	37,8
%	6,3	2,4	7,1	4,8	62,6	15,9	0,9

**quadro 2.** Ocupação florestal no concelho de Aveiro fonte: caderno I do PMDFCI, 2014

### 3. O SETOR PRIMARIO

A salicultura foi uma atividade muito importante para o desenvolvimento da região; deu origem a outro tipo de atividades como a agricultura, indústria e o comércio; estimulou impostos, receitas, técnicas mercantis e moveu manifestações de ordem social, de que as palavras salário e assalariado restam como testemunhos (CCRLVT, 1998; Amorim, 2001b). in “O Salgado de Aveiro: Importância conservacionista e perspetivas de uso futuro” Mónica Silva 2007

A par da extração de sal e da pesca, que foram as atividades fulcrais para a vida económica de Aveiro, a prática da agricultura, favorecida pela fertilidade dos campos, e subsequente transformação dos seus produtos, desempenhou também um papel relevante, funcionando como atividade complementar e ocupando a população nos períodos de interrupção da faina piscatória e da salicultura.

O abandono das atividades tradicionais, fundamentalmente motivado por falta de viabilidade económica e envelhecimento da mão de obra, contrapondo com a valorização e pressão urbanística do território, traduziu-se em transformações sociais, da história, culturais e naturais, com efeitos significativos na imagem e paisagem do concelho.

De uma forma geral, todos os aglomerados urbanos se desenvolveram em solos considerados com aptidão agrícola, favorecendo o modelo de agricultura minifundiária, onde o urbano se justapôs ao aproveitamento relativamente intensivo dos terrenos agrícolas próximos das habitações.

A RAN constitui por definição o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. A sua importante expressão no concelho, revelada pelas características de ruralidade, ainda visíveis em algumas freguesias, demonstra o seu relevante potencial agrícola, que importa manter enquanto condição estratégica básica da vida das populações.

### 3.1 AGRICULTURA

É inquestionável a perda de significado e relevância económica da agricultura, enquanto setor de atividade pela tendência de abandono e decadência que tem vindo a registar. O recurso à atividade agrícola em estufas, enquanto processo sujeito e capaz de um maior controlo das condições do solo e meteorológicas e sustentabilidade de recursos necessários, nomeadamente de água e mão de obra, tem sido também uma importante opção que o concelho tem verificado.

Para ilustrar as características e potencialidades agrícolas do concelho nas suas dimensões humana, económica e física, importa avaliar as dinâmicas existentes nas vertentes: variação da superfície agrícola utilizada (SAU) constituída pelas terras aráveis culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar e das características explorações e os comportamentos da população agrícola.

#### 3.1.1 Estrutura das Explorações Agrícolas

##### 3.1.1.1 Nº de Explorações e SAU

Em 2009 o concelho registou 652 explorações, menos 515 que em 1999, ou seja, quase cerca de metade cessaram atividade. As explorações do concelho representam cerca de 7.5% do total de explorações existentes no B.Vouga. A redução do número de explorações agrícolas, apesar de ser generalizada, assume no concelho ainda maior expressão (44%) se comparada com o abandono da atividade agrícola ocorrida no continente que se traduziu num decréscimo de 27% das explorações.

A SAU no concelho, refletiu a mesma tendência de comportamento, ocupando em 2009 cerca de 2424 hectares, menos 478 hectares do que em 1999, o que representa um decréscimo de 16.5%, contudo, consideravelmente inferior ao verificado no numero de explorações.

	2009				Variação 1999-2009(%)	
	Nº explorações	%	SAU (ha)	%	Nº explorações	SAU
Continente	278 114	100	3542305	100	- 27	-5.2
B. Vouga	8 701	3.1	23627	0.7	-43.7	-23
<b>Concelho</b>	<b>652</b>	<b>0.23</b>	<b>2424</b>	<b>0.1</b>	<b>- 44.2</b>	<b>-16.5</b>

quadro 3. Nº explorações e SAU, fonte: RA 2009

Na distribuição das explorações pelas freguesias, verifica-se que Cacia é a freguesia com maior nº de explorações, representando 19.5% do total do concelho, seguida de Oliveirinha com 13.3%. Por outro lado, na

freguesia de S.Jacinto aparecem apenas duas explorações resultado da sua localização geográfica, entre o mar e a Ria, as características do solo, e ainda pela exiguidade territorial disponível nesta freguesia.

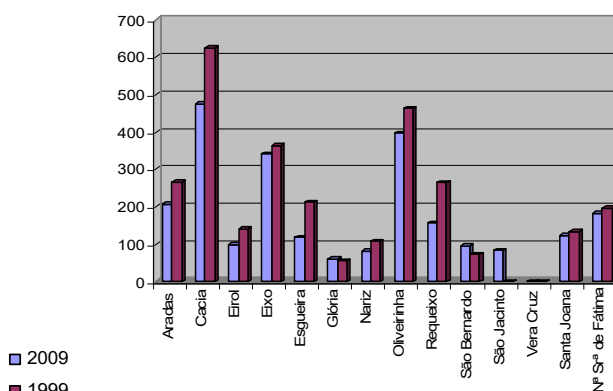
Na freguesia da Glória, integrada na sua maioria na cidade, aparecem naturalmente poucas explorações, apenas oito, seguida das freguesias de S. Bernardo e Sta Joana, com apenas 20 e 27 explorações, respetivamente, pelas suas características ainda urbanas. Nas restantes freguesias há uma distribuição mais equilibrada.

Se analisarmos o quadro seguinte conclui-se que existe alguma relação direta das características das freguesias com o número de explorações. As freguesias mais rurais tendem na generalidade a apresentar maior número de explorações e menor SAU média.

	2009			Variação 199-2009	
	Nº exploração	SAU (ha)	SAU média	Nº explorações	SAU
Aradas	50	207	4.1	59.7	- 22.2
Cacia	127	476	3.7	34.2	- 23.8
Eirol	44	99	2.2	44.3	- 29.3
Eixo	61	341	5.6	54.8	- 6.3
Esgueira	62	118	1.9	38.6	- 44.3
Glória	8	60	7.5	33.3	7.1
Nariz	39	82	2.1	48	- 24.1
Oliveirinha	87	397	4.6	46.6	- 14.2
Requeixo	60	157	2.6	48.3	- 40.1
São Bernardo	20	96	4.8	23.1	31.6
São Jacinto	2	84	42	-	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-
Santa Joana	27	123	4.5	41.3	- 8.89
Nª Srª de Fátima	65	183	2.8	32.3	- 6.6

**quadro 4.** Evolução do nº explorações nas freguesias  
fonte: RA 2009

Se observamos o gráfico figura 4, verifica-se que os maiores abandonos da SAU nas freguesias ocorreram em Esgueira, Requeixo, Eirol e Cacia, correspondendo a cerca de 44%, 41%, 29% e 24%, respetivamente.



**figura 4.** Evolução da SAU nas freguesias (ha)

Nas freguesias mais rurais, como sejam, Nariz, Eirol, Nª Sr. de Fátima e Requeixo localizam-se em média as explorações de menor dimensão traduzindo-se em SAU médias mais baixas. Por outro lado, as freguesias mais

urbanas envolventes à cidade, S. Bernardo, Sta Joana e Aradas, tendo um menor numero de explorações são as que apresentam uma SAU média maior, que reflectirá o emparcelamento das explorações de menor

dimensão e na sua absorção pelas explorações maiores. Na generalidade verifica-se uma tendência de evolução do nº de explorações na proporção inversa com a SAU média.

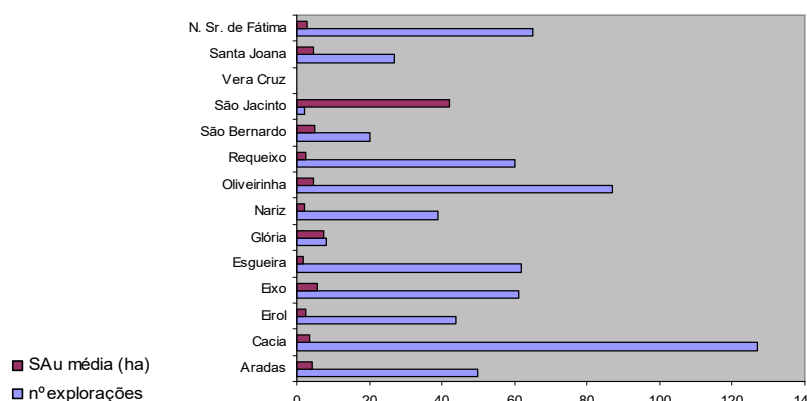


figura 5. Nº explorações e SAU (ha)

### 3.1.1.2 Composição da SAU

A análise da evolução do número de explorações por classes de dimensão da SAU, revela que foram as pequenas explorações as que mais cessaram atividade. Com efeito, o desaparecimento das pequenas explorações com menos de 1 hectare de SAU atingiu os 70%, baixando para os 37% nas unidades produtivas entre 1 a 5 hectares de SAU. O número de explorações com mais de 20 hectares de SAU, manteve a mesma tendência de redução, embora pouco expressiva, não excedendo 1.5%.

Classes de superfície agrícola utilizada	Explorações		Superfície agrícola utilizada (ha)		Variação 1999-2009 %	
	Nº	%	2009	%	Explorações	SAU
<b>Total</b>	652	100	2 424	100	<b>-44.1</b>	<b>-16.5</b>
<b>0 &lt; 1 ha</b>	96	14.7	60	2.5	<b>-70.5</b>	<b>-65.1</b>
<b>1 ha &lt; 5 ha</b>	454	69.6	946	39.0	<b>-36.7</b>	<b>-37.5</b>
<b>5 ha &lt; 20 ha</b>	87	13.3	780	32.2	<b>-26.3</b>	<b>-19.5</b>
<b>20 ha &lt; 50 ha</b>	10	1.5	320	13.2	<b>-1.5</b>	<b>122</b>
<b>&gt;= 50 ha</b>	5	0.8	319	13.2	<b>-1.5</b>	<b>200</b>

quadro 5. Classes de SAU  
fonte: RA 2009

É evidente a reestruturação fundiária comprovada pelo aumento significativo da SAU nas explorações com mais de 20 hectares e pela maior redução da SAU nas explorações com menos de 1 ha.

Cerca de 84% (454 +96 explorações) das unidades produtivas do concelho exploram menos de 5 hectares de SAU, os restantes 16% das explorações exploram cerca de 58% do total da superfície agrícola utilizada do concelho.

A propriedade agrícola no Concelho de Aveiro, à semelhança do que se passa na região do Baixo Vouga, apresenta uma superfície reduzida, característica típica de minifúndio da Beira Litoral, apesar da tendência para o aumento da superfície agrícola útil na generalidade da região. Embora o concelho de Aveiro se mantenha acima da média registada para o B. Vouga, ainda representa apenas um quarto da SAU média

registada no Continente. O crescimento verificado no concelho da superfície média por exploração foi de 1.2 ha passando de 2.5 para 3.7 ha, o que traduz o desaparecimento acentuado das pequenas explorações.

	2009	1999
Aveiro	3.7	2.5
B. Vouga	2.7	2.0
Continente	12.7	9.8

**quadro 6.** Superfície Agrícola Média por exploração (ha)  
fonte:RA, 2009

O aumento da superfície agrícola média das explorações no continente e no concelho, reflete a absorção das explorações de menor dimensão pelas respetivas superfícies das explorações que se mantiveram em atividade.

### 3.1.1.3 Natureza jurídica do produtor

A elevada representatividade da agricultura familiar coexiste com a realidade da agricultura mais empresarial, formada pelas sociedades agrícolas que, apesar de constituírem apenas 2% do universo das explorações agrícolas, têm uma grande importância na produção agrícola nacional. Efetivamente, o facto da dimensão média das sociedades (146 hectares de SAU) ser 17 vezes superior à das unidades produtivas exploradas pelos produtores singulares (8,4 hectares) traduz bem a diferença entre estas duas realidades.(RA2009)

Este efeito também ficou demonstrado pelos valores manifestados no âmbito do concelho. As sociedades agrícolas, embora representem apenas 1% do total das explorações do concelho a dimensão média das sociedades é de 13 ha, ou seja, cerca de 4 vezes superior à das unidades produtivas exploradas pelos produtores singulares (3.2 ha).

Efetivamente, os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas no concelho são quase que exclusivamente produtores singulares, sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão de obra familiar, à semelhança do verificado no Continente e B. Vouga.

	Produtor singular		Sociedade		outras formas	
	nº explorações	SAU (ha)	nº explorações	SAU (ha)	nº explorações	SAU (ha)
Aradas	50	207	-	-	-	-
Cacia	127	476	-	-	-	-
Eirol	44	99	-	-	-	-
Eixo	61	341	-	-	-	-
Esgueira	62	118	-	-	-	-
Glória	8	60	1	0	-	-
Nariz	39	60	1	22	-	-
Oliveirinha	87	397	1	0	-	-
Requeixo	60	154	-	-	1	3
São Bernardo	20	66	1	29	-	-
São Jacinto	2	84	-	-	-	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	27	123	-	-	-	-
N. Sr. de Fátima	65	157	2	26	-	-
<b>Aveiro</b>	<b>645</b>	<b>2 343</b>	<b>6</b>	<b>78</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
B.V	8556	21 497	135	2 060	0	70
Continente	270 507	2 370 995	6 580	986 641	0	57 008

**quadro 7.** Natureza jurídica do produtor, por freguesia  
fonte: RA 2009

No concelho existem apenas seis sociedades que exploram 3.3% da SAU, distribuindo-se pelas freguesias de N<sup>a</sup> Sr. de Fátima, S. Bernardo, Oliveirinha, Nariz, Glória. Ressalva-se ainda que nas freguesias de S. Bernardo e de Nariz, apesar de existir apenas uma sociedade, explora cerca de 44% da SAU da freguesia de S. Bernardo e 37% da freguesia de Nariz.

	2009						1999					
	produtor singular		Sociedade		outras formas		produtor singular		Sociedade		Outras formas	
	n <sup>o</sup> expl	SAU	n <sup>o</sup> expl	SAU	n <sup>o</sup> expl.	SAU	n <sup>o</sup> expl.	SAU	n <sup>o</sup> expl	SAU	n <sup>o</sup> expl	SAU
Continente B.Vouga - Aveiro	645	2 343	6	78	1	3	1 159	2 792	7	98	2	72
	8556	21 497	135	2 060	10	1	15 364	29 496	93	1 135	10	13
	270 507	2 370 995	6 580	986 641	65 9	57 008	375 938	2 935 907	5 191	661 772	739	67 772

**quadro 8.** Evolução da natureza jurídica do produtor  
fonte: RA 2009

Entre 1999 e 2009 observa-se um aumento do número de sociedades agrícolas no B. Vouga e Continente, com o respetivo reflexo na SAU, o mesmo não acontecendo no concelho que passou de 7 sociedades para 6 e reduziu em 20 hectares a área explorada por sociedades agrícolas. Neste período, e no que se refere às unidades produtivas exploradas pelos produtores singulares, a redução registada no concelho e da média dos concelhos do B. Vouga foi de 44%, valor significativamente superior aos 28% verificado no continente.

### 3.1.2 Utilização das terras

#### 3.1.2.1 Superfície total das explorações

Em Portugal a SAU corresponde a 78% da superfície total das explorações, seguida pela superfície florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo (mas incluída na exploração agrícola) com cerca de 18%. A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações, entendida como a área com potencial agrícola mas sem utilização, representa apenas 3%. (RA2009)

No concelho, de acordo com o tipo de utilização das terras verifica-se que todas as explorações têm SAU, e que quase a totalidade têm outras superfícies (edifícios, caminhos, albufeiras, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de proteção do ambiente ou de recreio). Observa-se ainda que cerca de 55.4% das explorações são ocupadas por matas e florestas sem aproveitamento agrícola simultâneo e que 8.4% têm Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU), entendida como a área com potencial agrícola mas sem utilização. (ver quadro 9).

Explorações n <sup>o</sup>	SAU	Matas e florestas	SANU	Outras superfícies
652	652	368	55	650

**quadro 9.** Composição das explorações no concelho em 2009  
fonte: RA 2009

### 3.1.2.2 Composição da SAU

A SAU no continente totalizou 3 542 305 mil hectares, sendo a maior fração ocupada pelas pastagens permanentes, representando cerca de 47%, seguindo-se as terras aráveis com 33% e as culturas permanentes com 19%. (RA2009)

No concelho, por sua vez, no total da SAU, a grande fração é ocupada por terras aráveis correspondendo a 87%, seguida das pastagens permanentes com 9.5%. As culturas permanentes e a horta familiar, por sua vez, apresentam pouca expressão, não excedendo os 2%.

Contrariamente ao que aconteceu no continente, verifica-se que a ocupação cultural, na última década do recenseamento agrícola, não se alterou significativamente, verificando-se apenas uma redução de 6% de terras aráveis, enquanto que no continente chegou aos 33%. A área de pousio, por sua vez, teve um aumento expressivo no concelho, de 165%, enquanto que no continente se verificou uma redução de perto dos 40%. Por outro lado, enquanto que as pastagens permanentes registaram um importante aumento no continente, no concelho reduziram para metade. O decréscimo mais significativo registado no concelho foi ao nível das culturas permanentes. Face a 1999, a SAU no concelho apresenta uma redução de cerca de 16%, sendo assim superior ao triplo registado no continente.

	Terras aráveis			Horta familiar	Culturas permanentes	pastagens permanentes	SAU
	Culturas temporárias	Pousio	total				
Continente	817340	341465	1158805	18991	686221	1678288	3542305
1999-2009	-30%	-39%	-33%	-9%	-3%	31%	-5%
Concelho	2015	85	2100	38	55	230	2424
1999-2009	-8%	165%	-6%	-17%	-66%	-51%	-16%

quadro 10. Composição da SAU (ha)  
fonte:RA 2009

#### 3.1.2.2.1 Culturas Temporárias

Nas superfícies submetidas a rotações, correspondentes às culturas temporárias predominam as utilizações do solo relacionadas com a alimentação animal. De facto, as culturas forrageiras, suportes de nutrição herbácea do efetivo animal, in RA2009, ocupam no concelho cerca de 42% da superfície total ocupada com culturas

temporárias. Os cereais para grão representam o segundo grupo de culturas mais importantes com cerca de 37% do total das culturas temporárias.

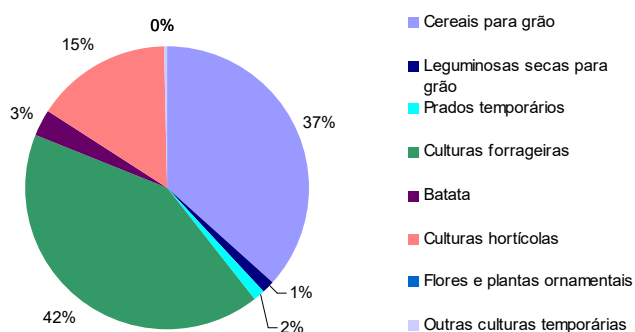


figura 6. Composição das culturas temporárias no concelho, 2009

Com menos significado, integrando, também, as culturas temporárias do concelho, temos as culturas hortícolas que representam cerca de 15%, e as culturas da batata, os prados temporários e as culturas de leguminosas secas para grão com expressão reduzida, representando apenas 3%, 2% e 1% respetivamente.

As freguesias de Oliveirinha, Cacia e Eixo são as mais representativas do concelho em termos de área ocupada com culturas temporárias, destacando-se com uma representatividade de 16%, 15% e 14%, respetivamente, em relação à área total do concelho com este tipo de culturas, o que totalizam no conjunto cerca de 45%.

É de notar que a diminuição da área cultivada com produtos agrícolas básicos (cereais e batata), conduziu a um decréscimo preocupante do grau de auto aprovisionamento. A cultura dos cereais, sendo o tipo de cultura temporária mais representativa do concelho, verificou na última década do recenseamento agrícola (RA) uma redução de área de cerca de 5%, enquanto que a batata, tendo já pouco expressão no concelho, registou um decréscimo de cerca 51.5%, passando de 171 hectares em 1999 para 83 em 2009. Em contrapartida, as culturas hortícolas no concelho aumentaram em 10% a área existente se comparada com a área registada em 1999.

A nível nacional a cultura da batata ao longo dos últimos anos tem registado grandes dificuldades de escoamento da produção, estando constantemente sujeita a uma forte pressão externa devido aos preços altamente concorrenciais, o que a tem tornado menos atrativa para os agricultores portugueses. in RA2009.

	2009					1999				
	Total	Cereais grão	Culturas forrageiras	Culturas hortícolas	outras	Total	Cereais grão	Culturas forrageiras	Culturas hortícolas	outras
Concelho	2 497	914	1 035	385	163	3 421	962	1 822	350	287
Aradas	248	72	141	26	9	355	81	197	55	22
Cacia	366	141	176	2	47	441	174	235	3	29
Eirol	112	33	71	1	7	193	30	145	1	17
Eixo	358	273	73	4	8	477	164	257	8	48
Esgueira	135	71	53	4	7	243	89	120	4	30
Glória	58	11	12	34	1	61	34	...	21	6
Nariz	72	27	30	9	6	126	25	75	7	19
Oliveirinha	407	89	135	161	22	642	155	265	172	50
Requeixo	183	73	98	2	10	372	71	272	3	26
São Bernardo	84	15	12	54	3	81	19	15	41	6
São Jacinto	103	-	31	56	16	...	...	-	...	...
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	146	32	110	0	4	167	63	80	12	12
N. Sr. de Fátima	225	77	94	32	22	261	56	159	20	26

quadro 11. Composição das culturas temporárias nas freguesias (ha)  
fonte: RA 2009

Se fizermos uma análise do comportamento ao nível da área ocupada com culturas temporárias nas diferentes freguesias, verificamos que as reduções mais significativas de área cultivada ocorreram nas freguesias mais rurais do concelho, salientando-se Requeixo com 51%, seguido de Nariz e Eirol, com 43% e 42%, respetivamente.

Da avaliação da composição das culturas temporárias, as freguesias mais rurais, também se destacam pela maior expressão das culturas forrageiras, sendo que do seu total, 63% aparecem em Eirol, 42% em Nariz e 53% em Requeixo.

A freguesia de S. Bernardo vem contrariar a tendência de diminuição da área dedicada às culturas temporárias, tendo-se registado um aumento de 4%, atribuído exclusivamente às culturas hortícolas que, em termos de área ocupada, passou de 41ha para 54ha.

Da análise do gráfico da figura 7 relativo às explorações agrícolas por tipo de cultura temporária, Cacia é a que se destaca pelo maior nº de explorações no total e, de culturas temporárias no particular, representando destas, cerca de 20% das culturas deste tipo existentes no concelho, seguida da freguesia de Oliveirinha com 13%. Cacia e Oliveirinha são também as freguesias que apresentam maior nº de explorações com culturas de cereais para grão e de culturas forrageiras e batata. Porém, em termos de superfície ocupada por culturas de cereais, a freguesia de Eixo supera as outras freguesias.

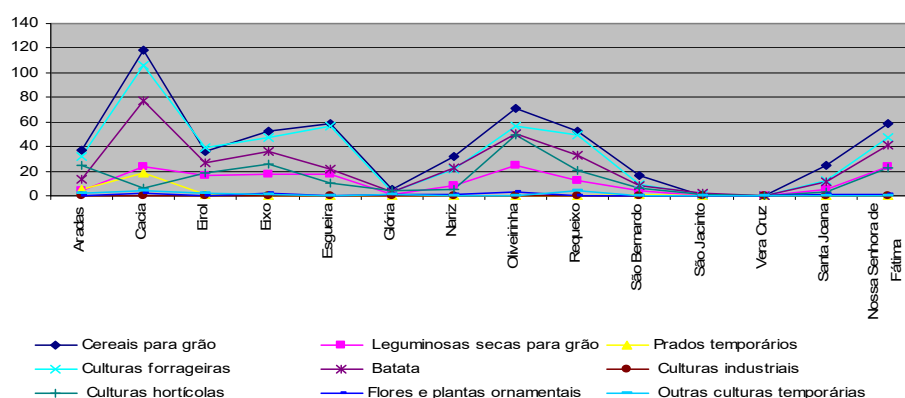


figura 7. Nº de explorações agrícolas por tipo de culturas temporárias

Nas restantes freguesias, as explorações com culturas temporárias apresentam um significado inferior a 20%, sendo que, vão reduzindo à medida que as freguesias se aproximam mais da cidade assumindo características mais urbanas. Nas freguesias que na totalidade integram a cidade, Vera Cruz e Glória, estas culturas são praticamente inexistentes.

A percentagem de explorações com culturas temporárias no concelho, representam 8.4% do nº de explorações existentes no Baixo Vouga.

	Concelho			B. Vouga		
	2009	1999	09-99	2009	1999	09-99
Cereais para grão	563	966	- 41.7	6544	11558	- 43.4
Leguminosas secas para grão	159	389	- 59.1	725	2886	- 74.9
Prados temporários	26	13	0.5	233	223	0
Culturas forrageiras	481	940	- 48.8	5148	10042	- 48.7
Batata	346	803	- 57	3246	10452	- 68.9
Culturas industriais	-	-	-	21	59	- 64.4
Culturas hortícolas	198	439	- 55	1020	2866	- 64.4
Flores e plantas ornamentais	11	31	- 64.5	95	122	- 22.1
Outras culturas temporárias	14	91	- 84.6	92	547	- 83.1
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>1137</b>	<b>- 43.4</b>	<b>7682</b>	<b>14336</b>	<b>- 46.4</b>

quadro 12. Nº de explorações agrícolas por tipo de culturas temporárias  
fonte: RA 2009

Se analisarmos o tipo de culturas temporárias existentes nas explorações verifica-se que a cultura de cereais para grão acontecem na maioria das explorações do concelho, ou seja, cerca de 87.5% das explorações têm este tipo de cultura. Destaca-se ainda com maior expressão a cultura de forrageiras e de batata, presentes em 75% e 54% das explorações, respetivamente.

Na última década do RA, verificou-se uma redução significativa de cerca de 43.4% do nº de explorações agrícolas com culturas temporárias no concelho, que se traduziu numa redução de 27% de superfície ocupada por estas culturas. O total das explorações com culturas temporárias no concelho ocupa 2 497ha, dos quais se destacam com maior expressão territorial, as freguesias de Oliveirinha, com cerca de 16%, Cacia com 15% e Eixo com 14%.

	2009	1999	99-09
Aveiro	2 497	3 421	-27
B. Vouga	23 853	34 400	-31

quadro 13. Superfície das culturas temporárias  
fonte: RA 2009

No Baixo Vouga a redução registada é de 46.4%, refletindo-se numa redução da superfície ocupada com este tipo de culturas em 31%, o que reflete um comportamento equivalente ao verificado no concelho.

### 3.1.2.2.2 Culturas Permanentes

As culturas permanentes encontram-se organizadas em frutos frescos, citrinos, frutos subtropicais, frutos de casca rija, olival e vinha. A vinha ocupa mais de metade do total da superfície de culturas permanentes, à semelhança da realidade presente nas explorações agrícolas Nacionais (51%). Os frutos sub-tropicais constituem cerca de um quarto das culturas permanentes, seguida dos citrinos com 11%. Os frutos de casca rija e os frutos frescos (exceto citrinos) e outras culturas permanentes não têm quase representatividade no concelho.

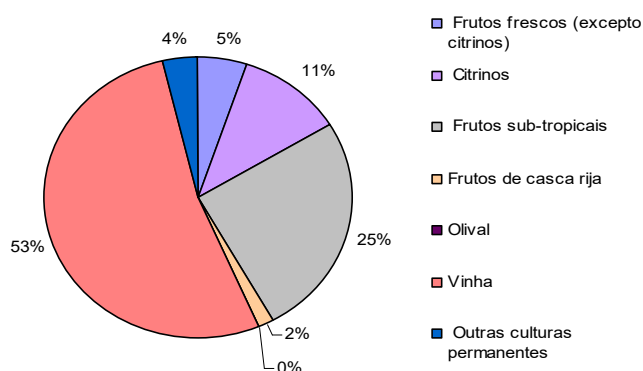


figura 8. Nº proporção da superfície das culturas permanentes, por tipo,  
fonte: RA, 2009

Das 285 explorações agrícolas com culturas permanentes 249 têm culturas de vinha, sendo esta a cultura com maior expressão, tanto no concelho como no Baixo Vouga. Em termos de distribuição territorial este tipo de culturas localizam-se com maior expressão na freguesia de Cacia com cerca de 23%, seguida da freguesia de Esgueira com 14% e Nariz com 12%.

	Total	Frutos frescos (exceto citrinos)	Citrinos	Frutos sub-tropicais	Frutos de casca rija	Olival	Vinha	Outras culturas permanentes
Concelho	285	17	22	10	4	4	249	13
Aradas	7	2	3	2	2	1	1	-
Cacia	61	3	4	-	-	-	57	3
Eirol	28	1	-	2	-	-	25	-
Eixo	30	1	1	2	-	-	27	-
Esgueira	37	1	1	-	-	-	35	7
Glória	-	-	-	-	-	-	-	-
Nariz	32	1	1	1	1	1	31	-
Oliveirinha	29	3	6	2	-	-	22	1
Requeixo	25	1	1	-	-	1	23	-
São Bernardo	-	-	-	-	-	-	-	-
São Jacinto	-	-	-	-	-	-	-	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	2	1	1	-	-	-	1	-
N. Sr. de Fátima	34	3	4	1	1	1	27	2

quadro 14. Nº de explorações com culturas permanentes, 2009  
fonte: RA 2009

No gráfico da figura 9 é evidente a supremacia das explorações com a cultura da vinha nas várias freguesias do concelho se comparada com os outros tipos de cultura permanente, uma vez que, não chegam a atingir as 10 explorações em nenhuma freguesia.

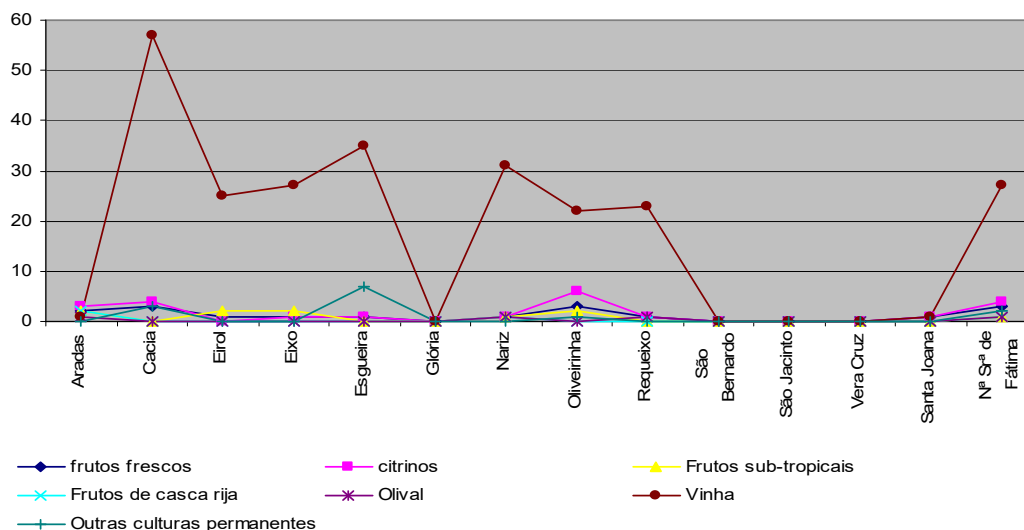


figura 9. Nº de explorações agrícolas por tipo de culturas permanentes por freguesia

Em termos de superfície ocupada é também a vinha a cultura mais representativa, sendo na freguesia de Nariz a que tem maior expressão territorial desta cultura, representando cerca de 41.4% da superfície total ocupada com vinha no concelho.

	Total	Frutos frescos (exceto citrinos)	Citrinos	Frutos sub- tropicais	Frutos de casca rija	Olival	Vinha	Outras culturas permanentes
Concelho	55	3	6	14	1	0	29	2
Aradas	4	0	1	2	1	0	0	-
Cacia	6	0	0	-	-	-	3	2
Eirol	3	0	-	2	-	-	1	-
Eixo	9	0	0	8	-	-	1	-
Esgueira	2	0	0	-	-	-	2	0
Glória	-	-	-	-	-	-	-	-
Nariz	13	1	0	1	0	0	12	-
Oliveirinha	9	1	3	1	-	0	4	0
Requeixo	3	0	0	-	-	-	3	-
São Bernardo	-	-	-	-	-	-	-	-
São Jacinto	-	-	-	-	-	-	-	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	1	1	1	-	-	-	0	-
N. Sr. de Fátima	5	0	0	1	0	-	3	0

quadro 15. Culturas permanentes, ha, 2009  
fonte: RA 2009

Na última década assistiu-se a um decréscimo de 51% da superfície ocupada com culturas permanentes no concelho o que correspondeu a uma redução de 108 ha. Em contrapartida a área ocupada por frutos subtropicais duplicaram, passaram de 7 para 14 hectares.

Genericamente ocorreu uma redução significativa do número de explorações com culturas permanentes no concelho, nos seus diferentes tipos, para a qual contribuiu a redução de cerca de 66% de explorações de vinha e de 61% de frutos frescos (exceto citrinos). Por outro lado, a cultura do olival aparece em quatro explorações o que não acontecia em 1999 e o nº de explorações com culturas de frutos de casca rija aumentou.

As explorações agrícolas com culturas permanentes existentes no concelho representam cerca de 5.8 % das culturas deste tipo existentes no Baixo Vouga.

Culturas permanentes	Concelho			B. Vouga		
	2009	1999	09-99	2009	1999	09-99
frutos frescos	17	44	-61.4	498	994	-49.9
citrinos	22	45	-51.1	448	912	-51%
Frutos sub-tropicais	10	10	0	230	192	19.8
Frutos de casca rija	4	2	100	155	181	-14.4
Olival	4	-	400	855	1149	-25.6
Vinha	249	727	-65.7	4175	8778	-52.4
Outras cult. Perm.	13	105	-87.6	302	520	-41.9
Total	285	768	-62.9	4904	9667	-49.3

quadro 16. Variação nº de explorações das culturas permanentes  
fonte: RA 2009

Em termos de comportamento geral do nº de explorações agrícolas com culturas permanentes, ressalta o decréscimo significativo verificado na última década do RA, de cerca de 63%, superando a redução verificada no Baixo Vouga de 49%.

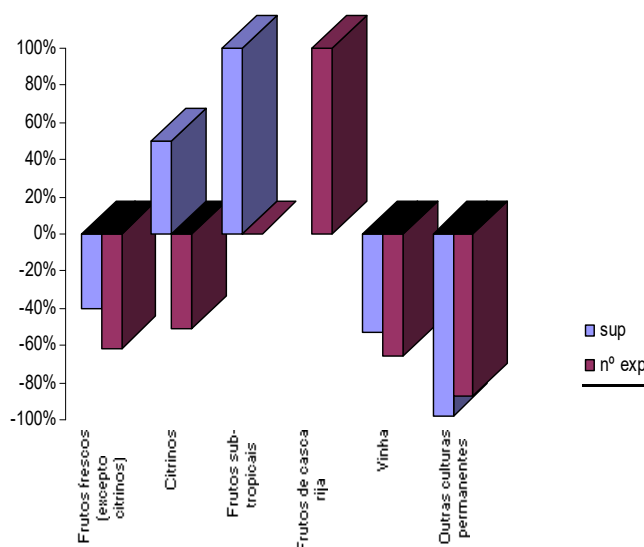


figura 10. Culturas permanentes – variação 1999-2009

Se compararmos os comportamentos da superfície e o nº de explorações com culturas permanentes, verificamos que no caso dos frutos frescos, vinha e outras culturas, tiveram a mesma tendência de redução, enquanto que os citrinos apresentaram dinâmicas opostas, tendo-se verificado um aumento da superfície e uma redução do nº de explorações. No caso dos frutos sub-tropicais, enquanto o nº de explorações se manteve constante a superfície ocupada duplicou. Os frutos de casca rija em nº de explorações duplicaram, quanto à superfície não se conhece o valor de 1999, pelo que, o comportamento não poderá ser avaliado.

### 3.1.3 Efetivo Animal

As *Atividades pecuárias* enquadram todas as atividades de reprodução, produção, detenção, comercialização, exposição e outras relativas a animais das espécies pecuárias, que incluem qualquer espécie vivo bovino, suíno, ovino, caprino, equídeo, ave, leporídeo (coelhos e lebres) ou outra espécie que seja explorada com destino à sua reprodução ou produção de carne, leite, ovos, lã, seda, pelo, pele ou repovoamento cinético, bem como a produção pecuária de animais destinados a animais de companhia, de trabalho ou a atividades culturais ou desportivas.

O Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de novembro, alterado pelo D.L nº 81/2013 de 14 de junho, pretende responder a um enquadramento comum do exercício das atividades pecuárias e, simultaneamente, às especificidades próprias de cada atividade em termos de dimensão, localização e sistema de exploração entre outros aspetos, através do estabelecimento de diferentes graus de exigência, em função dos riscos potenciais que a atividade comporta para a saúde e bem-estar animal, para a saúde pública e para o ambiente e considerando, também, o ordenamento do território.

A instalação das explorações, nem sempre responde de forma capaz aos quesitos legais em matéria de ambiente, em particular no que se refere ao sistema de condução e armazenamento do efluente produzido nas explorações. Os problemas ambientais desta situação tem vindo a agravar-se por dificuldades de compatibilização dos vários interesses envolvidos, em particular no que concerne à gestão e ordenamento do território. In programa de desenvolvimento rural da DRAPC -Setor do Leite

Procedendo a uma análise dos dados disponíveis do RA 2009, verifica-se que das 652 explorações existentes no concelho em 2009, cerca de 85% tinham aves, totalizando o efetivo de 18 555 cabeças, 61% suínos resultando num efetivo de 1 311 cabeças, e 37% bovinos que se traduz num total de 2 331 cabeças.

Em termos de dinâmicas ocorridas na última década no que se refere ao efetivo animal e às explorações, verifica-se uma tendência de decréscimo generalizado. As explorações com bovinos (64.4%) e suínos (57.8%)

foram as que sofreram maior redução, enquanto que, se avaliarmos o efetivo animal da exploração, os suínos registaram o maior decréscimo (64%), seguido dos coelhos (48.6%) e bovinos (46.8%)

	Explorações com efetivo animal			efetivo animal da exploração		
	2009	1999	09-99(%)	2009	1999	09-99 (%)
Bovinos	243	682	- 64.4	2331	4380	-46.8
Suínos	400	947	- 57.8	1311	3640	-64.0
Ovinos	80	120	- 33.3	718	908	-20.9
Caprinos	80	129	- 38.0	485	501	-3.2
Equídeos	47	93	- 49.5	130	189	-31.2
Aves	556	1010	- 44.9	18555	29135	-36.3
Coelhos	219	401	- 45.4	1773	3451	-48.6
Colmeias e cortiços povoados	23	43	- 46.5	101	185	-45.4

quadro 17. Explorações com efetivo animal/efetivo animal da exploração  
fonte: RA 2009

Se avaliarmos a proporção das explorações com os diferentes efetivos animais no gráfico seguinte, é evidente o destaque das aves em relação aos outros efetivos. Os suínos ainda aparecem com alguma expressão 24%, seguido dos bovinos com 15% e os coelhos com 13%. As explorações com colmeias e cortiços povoados são as que tem menos expressão no concelho, não excedendo 1%.

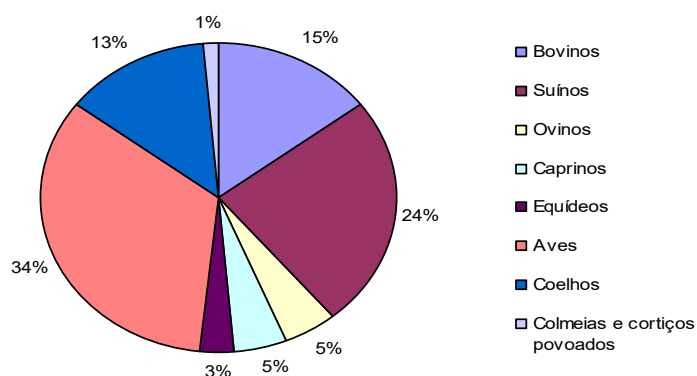


figura 11. Explorações agrícolas com efetivo animal no concelho, 2009

Da análise das explorações com efetivo animal por freguesia verificamos que Cacia é a mais representativa em todos os efetivos animais, à exceção das colmeias em que Requeixo se sobrepõe e aparece em 4 explorações.

Em Requeixo, N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Fátima, Oliveirinha e Esgueira é ainda também importante o nº de explorações com bovinos, aparecendo com uma representatividade entre os 25 e 30%. As explorações com suínos, sobressaem em Cacia, 21.5% do concelho, seguido de Esgueira com 14% e Requeixo e Eixo com 12% e 11%, respetivamente.

As explorações com aves, sendo a mais representativa do concelho (556), são também a que apresenta maior expressão nas diferentes freguesias, destacando-se mais uma vez a freguesia de Cacia (109), seguida de Oliveirinha (74). Nas freguesias de Eixo, Esgueira, Requeixo e N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Fátima o nº de explorações com aves registado, corresponde a cerca de metade do verificado em Cacia.

Seguem-se as explorações com suínos (400) e bovinos (243), também com bastante expressão no concelho, onde mais uma vez a freguesia de Cacia se destaca em relação às outras freguesias. Seguem-se as explorações com suínos (400) e bovinos (243), também com expressão importante no concelho, onde mais uma vez a freguesia de Cacia se destaca em relação às outras freguesias.

As explorações com coelhos no concelho são também relevantes, sendo que, para além de Cacia que representa 21% do verificado no concelho, Aradas, Eirol, Esgueira, Oliveirinha, Eixo, N.ª Sr.ª e Requeixo, todas com uma expressão muito semelhante, são também representativas.

	Bovinos	Suíños	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias
<b>concelho</b>	243	400	80	80	47	556	219	23
Aradas	18	18	9	8	7	38	25	-
Cacia	51	86	14	26	15	109	46	3
Eirol	19	36	4	1	-	39	21	2
Eixo	16	44	6	13	4	54	19	2
Esgueira	25	56	5	11	6	57	23	1
Glória	-	2	1	-	2	5	2	-
Nariz	7	22	4	4	1	34	10	3
Oliveirinha	29	35	10	6	4	74	24	3
Requeixo	33	47	4	5	2	54	17	4
São Bernardo	3	6	4	2	2	17	2	-
São Jacinto	1	1	1	-	-	1	1	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	11	15	5	-	4	23	11	-
N. Sr. de Fátima	30	32	13	4	-	51	18	5

quadro 18. Nº de explorações com efetivo animal  
fonte: RA 2009

O nº de cabeças da exploração é expressivo ao nível das aves com especial destaque na freguesia de Eirol com 8 676, o que representa cerca de 47% do total verificado no concelho. Em Cacia, Esgueira e Oliveirinha o efetivo animal das aves presente nas explorações tem uma representatividade que integra (5-10)% do concelho. Em relação aos bovinos, as freguesias de Cacia, Oliveirinha e Aradas são as que apresentam maior expressão no concelho, com 17%, 15% e 13%.

De uma forma geral a freguesia de Cacia é a mais representativa nos diferentes tipos de efetivo animal presentes nas explorações do concelho.

O efetivo de Equídeos e as colmeias é o menos representativo nas explorações do concelho e na sua expressão ao nível das freguesias. Cacia é mais uma vez a freguesia com maior expressão ao nível do efetivo de equídeos, enquanto que as colmeias aparecem com maior frequência em Requeixo.

	Bovinos	Suíños	Ovinos	Caprinos	Equídeos	Aves	Coelhos	Colmeias
<b>concelho</b>	2 331	1 311	718	485	130	18 555	1 773	101
Aradas	300	31	68	56	10	806	221	-
Cacia	410	286	139	124	38	1 884	298	16
Eirol	127	136	32	16	-	8 676	194	7
Eixo	104	154	51	128	9	975	171	12
Esgueira	66	170	38	73	8	1 329	274	2
Glória	-	4	60	-	6	178	21	-
Nariz	59	106	18	14	16	711	103	23
Oliveirinha	353	66	64	37	19	1 226	113	13
Requeixo	251	212	27	18	4	1 027	140	17
São Bernardo	9	10	46	9	6	341	8	-
São Jacinto	67	4	45	-	-	38	6	-
Vera Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Joana	353	38	54	-	14	331	121	-
N. Sr. de Fátima	232	94	76	10	-	1 033	103	11

quadro 19. Efetivo animal da exploração  
fonte: RA 2009

Na distribuição de bovinos no concelho, por tipo de instalação pecuária, verifica-se que 38% encontram-se em estabulação presa e os restantes 62% em estabulação livre, sendo este sistema, de uma forma geral, o menos danoso para o ambiente e o mais favorável do ponto de vista do bem-estar animal.

A avicultura industrial distingue as galinhas poedeiras e as aves destinadas à produção de carne, que inclui, frangos, perus e patos. Em 2009, do total de aves (18 555) existentes no concelho, os frangos constituíam cerca de 70%, seguido de galinhas poedeiras e reprodutoras que representavam cerca de 20% do efetivo total.

Os perus, patos e outras aves (inclui codornizes, gansos, pintadas, pombos para carne, avestruzes criadas em cativeiro e destinadas à produção) são espécies com menor expressão, totalizando os restantes 10%.

Os perus com 1 518 mil cabeças e patos (754 mil cabeças) constituem, respetivamente, cerca de 4% e 2% do efetivo total de aves a nível nacional. A categoria “outras aves” representa apenas 3% do total.

As colmeias e cortiços povoados presentes em cerca de 23 explorações agrícolas, o que corresponde a cerca de 1% das explorações, contabilizaram 101 unidades no concelho em 2009, sendo a freguesia de Nariz a mais representativa.

### 3.1.4 Máquinas agrícolas

Do total de explorações existentes no concelho, cerca de 80.4% têm máquinas agrícolas, enquanto que em 1999 a proporção era de apenas 61%, o que significa um importante aumento.

	2009			1999			Nº explorações SAU		Expl. c/ máquina
	Nº de Expl.	SAU (ha)	Expl. c/ máquina	Nº de Expl.	SAU (ha)	Expl.c/ máquina	99-09 %	99-09 %	99-09 %
Continente	278 114	3542305	167198	382 163	3736140	179227	- 27	-5.2	-6.7
B. Vouga	8 701	23627	6362	15 467	30704	8055	-43.7	-23	- 21
Concelho	652	2424	524	1 168	2902	713	- 44.2	-16.5	- 26.5

quadro 20. Evolução das explorações com máquinas agrícolas  
fonte: RA 2009

Em 2009, no continente, 60 em cada 100 explorações possuíam máquina agrícola, mais 13 do que em 1999. Esta relação no concelho tem uma expressão superior, verificando-se que 80 em cada 100 explorações possuíam trator, mais 19 que em 1999. A redução do número de explorações com máquina, foi superada pelo desaparecimento de um nº expressivo de explorações, traduzindo-se um número médio de cerca de 1 trator por exploração no concelho em 2009.

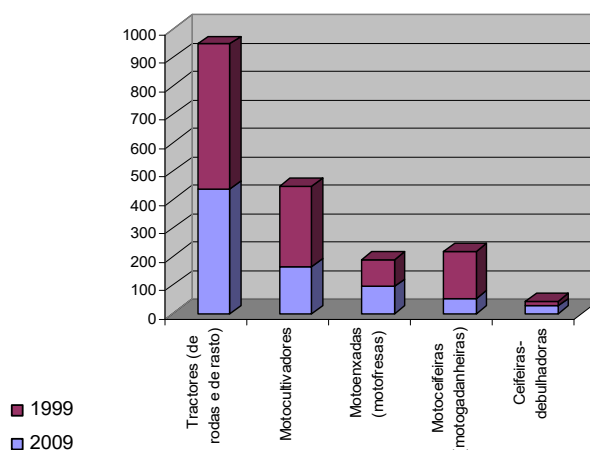


figura 12. Explorações com máquinas agrícolas

Entre 1999 e 2009 o parque de máquinas das explorações agrícolas registou um decréscimo generalizado. O número de motocultivadores reduziu 41%, as motoenxadas 1% e as motogadanheiras cerca de 69%. Este tipo de equipamentos, de reduzida dimensão e grande polivalência, está muito associado à pequena agricultura, pelo que, o desaparecimento das explorações e o emparcelamento justificam, de certo modo, a diminuição da utilização destas máquinas. As ceifeiras debulhadoras, de maior especificidade, também verificaram uma redução de 56%, relacionada com a perda de importância dos cereais para grão.

### 3.1.5 A população e mão-de-obra agrícola

#### 3.1.5.1 Caracterização da população agrícola

**POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR:** Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como, de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

População residente (2011)	População agrícola familiar		
	2009	99-09 (%)	Na população residente (%)
78463	2109	- 46.4	2.7

quadro 21. População agrícola familiar  
fonte: RA 2009

A população agrícola familiar era constituída por 2 109 indivíduos, de acordo com os censos preliminares 2011, representando cerca de 2.6% da população residente.

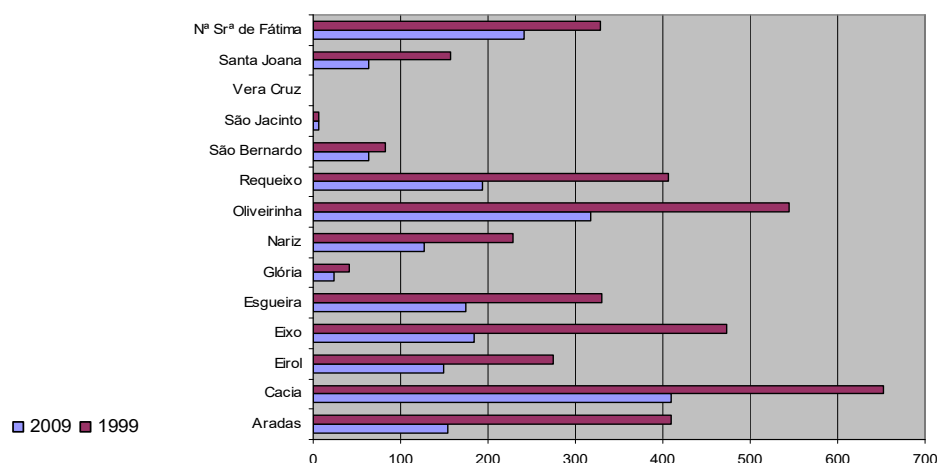


figura 13. Evolução população agrícola familiar por freguesia

Nos dez anos em análise a população agrícola familiar perdeu no concelho 1825 indivíduos, o que representa um decréscimo de 36%, determinado pelo desaparecimento das explorações (-27%) e também pela redução da dimensão média do agregado familiar do produtor, que passou de 3,0 para 2.7 indivíduos.

	pop agr.familiar 2009	pop.residente 2011	pop agr.familiar/ pop.residente
Aradas	50	4 367	1
Cacia	127	3 659	3
Eirol	44	375	12
Eixo	61	2 671	2
Esgueira	62	6 417	1
Glória	8	4 195	0,2
Nariz	39	676	
Oliveirinha	87	2 252	6
Requeixo	60	607	10
São Bernardo	20	2 392	0,8
São Jacinto	2	489	0,4
Vera Cruz	-	4 372	0
Santa Joana	27	3 879	0,7
N. Sr. de Fátima	65	893	7
<b>concelho</b>	<b>2 109</b>	<b>78 463</b>	<b>2.7</b>
<b>Portugal</b>	<b>793 169</b>	<b>105614</b>	<b>7.5</b>

**quadro 22.** Peso social da agricultura nas freguesias  
fonte: RA 2009

Se analisarmos o peso social da agricultura nas freguesias verifica-se claramente que as freguesias mais rurais são as mais representativas, salientando-se Eirol com cerca de 12% da população residente, seguida de Requeixo com 10%. Naturalmente a população agrícola das freguesias mais urbanas é pouco representativa, verificando-se que as freguesias da Glória e Vera Cruz, S. Bernardo e Santa Joana apresentaram valores inferiores a 1%.

A par do envelhecimento da população total verificado ao nível nacional e Europeu, a população rural está também envelhecida se considerarmos que a classe etária mais expressiva é 65 ou + anos, constituindo cerca 1/3 da população. É também significativa a percentagem do grupo mais jovem (15-34) anos, representando cerca de 27% da população agrícola familiar.

	total	15-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65 ou +anos
	2109	568	235	309	411	586
<b>% total</b>	<b>100</b>	26.9	11.1	14.6	19.5	27.8

**quadro 23.** População agrícola familiar no concelho  
fonte: RA 2009

### 3.1.5.2 Caracterização do Produtor Agrícola Singular

O produtor agrícola, naturalmente, também envelheceu, verificando-se um aumento da importância relativa das faixas etárias mais idosas. A percentagem dos produtores com 65 ou mais anos aumentaram cerca de 10 %, passando de 32.1% para 42.8 %.

	total	15-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65 ou +anos
<b>2009</b>	<b>2009</b>	10	46	127	186	276
645	<b>% total</b>	1.5	7.1	19.7	28.8	42.8
<b>1999</b>	<b>1999</b>	44	145	272	326	372
1159	<b>% total</b>	3.8	12.5	23.5	28.1	32.1
<b>99-09%</b>	-44.3	-77.3	-68.3	-53.3	-42.9	-13.7

**quadro 24.** Estrutura etária dos produtores agrícolas singulares  
fonte : RA 2009

Tal como acontece com a população agrícola familiar, também o nível de instrução do produtor é baixo, existindo 10.7% de indivíduos sem qualquer nível de instrução, sendo que, a maioria, cerca de 84.3%, somente possui o 1º ciclo. Em contrapartida, só 3% dos produtores agrícolas completaram o ensino secundário ou pós secundário e apenas 1.7% concluíram o ensino superior.

Apesar disso, na última década verificou-se uma evolução, pois o número de produtores sem qualquer nível de instrução decresceu significativamente, passou de 26.1 para 10.7%.

	nenhum	básico	secundário	superior
1999	26.1	71.3	1.29	1.21
2009	10.7	84.3	3.26	1.71

quadro 25. Proporção de produtores agrícolas e nível de escolaridade(%)  
fonte: RA 2009

### 3.1.5.3 Tempo de Atividade Agrícola

**Tempo de atividade agrícola:** proporção de produtores agrícolas singulares e tempo de atividade agrícola na exploração

Por definição, todos os produtores agrícolas têm tempo de atividade na exploração, nem que seja em tarefas de gestão. Cerca de 41.5% dos produtores declararam trabalhar a tempo completo e mais de metade afirmaram ocupar um tempo parcial de trabalho na exploração.

Para complementarem o rendimento da atividade agrícola da exploração, quase cerca de 1/3 dos indivíduos exercem outra atividade remunerada não relacionada com a exploração.

	total	Feminino	com act. remunerada ext. à expl. agrícola	Tempo de atividade agrícola	
				Tempo completo	Tempo parcial
2009	645	161	180	41.5	58.45
1999	1159	328	352	27.3	72.7
09-99	- 44.3	- 51.1	- 48.9		

quadro 26. Produtores agrícolas singulares no concelho  
fonte:RA2009

Importa também salientar que não é desprezível a percentagem de produtores agrícolas femininos, que embora tenha reduzido na última década do RA para cerca de metade, em termos de percentagem apenas reduziu 3%, passando de 28% para 25%, a sua representatividade nos produtores singulares no concelho. Na população agrícola familiar que trabalha na exploração, os produtores agrícolas singulares contribuem com 24%, os seus cônjuges com 18% e os outros membros da família com 58%.

	total	produtor	%	cônjuge	%	Outros membros da família	%
1999	1 376	352	25.6	292	21.2	732	53.2
2009	740	180	24.3	132	17.8	428	57.8

quadro 27. Pop. Agr. familiar com act. remunerada exterior à exploração agrícola e relação de parentesco  
fonte:RA2009

### 3.1.6 Síntese

**Em conclusão,** da avaliação dos principais resultados do Recenseamento Agrícola de 2009, que sintetiza o comportamento da estrutura das explorações agrícolas e dos sistemas produtivos praticados na última década, verificou-se que:

- Quase cerca de metade das explorações cessaram atividade - proporção inferior ao verificado no continente, com maiores incidências nas de menor dimensão. Embora predomine o minifúndio, a superfície agrícola média das explorações existentes aumentou de 2.5 para 3.7.
- A superfície das explorações existentes no concelho ocupa cerca de 12% do território municipal, enquanto no continente ocupa cerca de metade do território nacional.
- Contrariamente ao que aconteceu no continente, verifica-se que a ocupação cultural, na última década do recenseamento agrícola, não se alterou significativamente, verificando-se apenas uma redução de 6% de terras aráveis, enquanto que no continente chegou aos 33%. As terras aráveis- culturas permanentes, ocupam cerca de 87% de SA, sendo que, cerca de 42% representam culturas forrageiras, como suporte dos efetivos animais e 37% cereais para grão.
- O produtor agrícola tipo é homem, e tem mais de 65 anos (enquanto que ao nível nacional tem 63 anos) com um baixo grau de escolaridade - apenas completou o 1º ciclo do ensino básico, tem formação agrícola exclusivamente prática

### 3.2 FLORESTA

A floresta constitui, manifestamente, um fator determinante de desenvolvimento rural, contribuindo para o reforço da competitividade do setor agroflorestal, para o combate à desertificação e despovoamento e para a diversificação e dinamização económica do setor.

A Floresta é ainda um recurso natural importante, quer do ponto de vista da preservação do equilíbrio ecológico quer do ponto de vista do aproveitamento económico e assume papel preponderante na organização e equilíbrio do espaço rural e da paisagem.

*Os espaços florestais na Região Centro, considerados como as áreas arborizadas, as áreas não arborizadas (matos, incultos e improdutivos), as áreas improdutivas e as águas interiores (rios e albufeiras) pela sua dimensão e importância obrigam a que qualquer estratégia de desenvolvimento tenha em conta este elemento. In Programa de desenvolvimento rural da região centro- estratégias temáticas da DRAPC*

Na Região Centro, de acordo com os dados disponíveis e análises constantes do documento da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC):

- os espaços florestais representam mais de 65 % do território, ocupando cerca de 1.542.730 ha (ver quadro 26).

	ÁREA (ha)	%
<b>Região Centro</b>	2.365.9	32,0
- arborizados	849.60	35,9
- não arborizados	668.900	28,3%
- águas interiores	24.230	1,0%
<b>Total</b>	<b>1.542.730</b>	<b>65,2%</b>

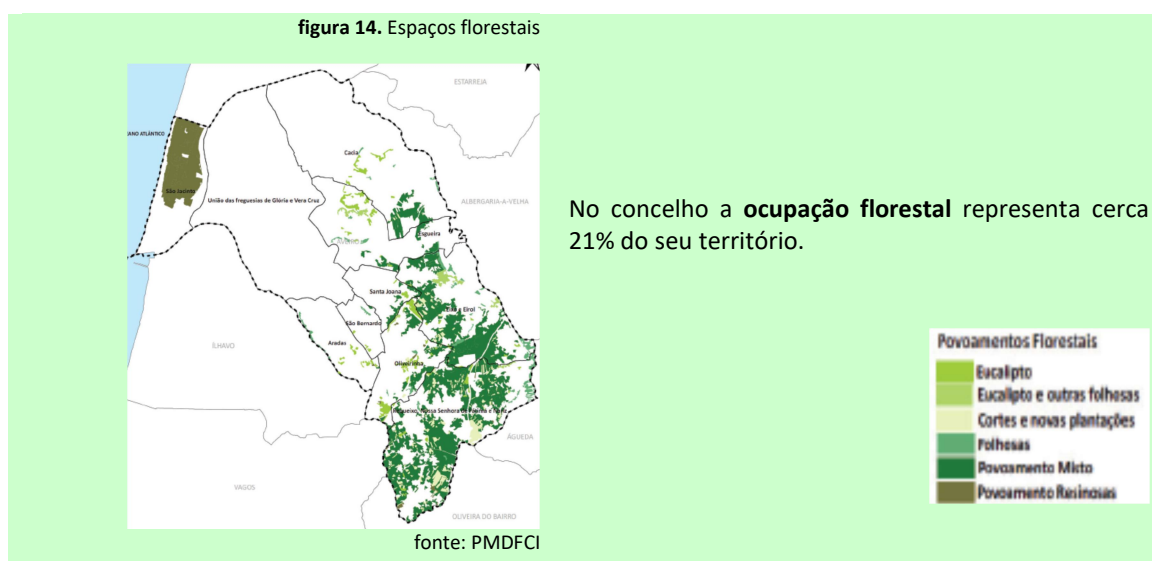
quadro 28. Distribuição da ocupação dos espaços florestais  
fonte: DGRF, 2007 (IFN 2005/06)

- na última década a área de povoamentos florestais foi reduzida em cerca de 10% e a área de matos aumentou em cerca de 13%. Esta redução da área de povoamentos florestais e o aumento da área de matos na região contrariam a tendência geral nacional de acréscimo na área de
- povoamentos florestais (2%) e na redução da área de matos (8%). A área dos espaços florestais, no mesmo período acompanhou a tendência de redução sentida a nível nacional. (in Inventário Florestal Nacional (IFN), para a Região Centro onde se retrata a evolução dos espaços florestais pelo IFN de 1995/98 e IFN de 2005/06)

	IFN 1995-1998 (ha)			IFN 2005-2006 (ha)		
	Povoamento Florestal	Matos	Total	Povoamento Florestal	Matos	Total
Região Centro	947.280	590.600	1.537.880	849.600	668.900	1.518.500
Continente	3.349.327	2.054.600	5.403.927	3.412.300	1.898.600	5.130.900
Continente	28,3%	28,7%	28,5%	24,9%	35,2%	28,6%

quadro 29. Evolução dos espaços florestais  
fonte: DGRF, 2007

- a evolução dos espaços florestais verificada poderá refletir o fenómeno dos incêndios florestais em áreas arborizadas que não recuperaram e o abandono da atividade agrícola e silvícola.



Ao nível da tipologia do povoamento florestal no concelho, a maior parte das áreas florestadas são ocupadas por povoamento misto, sobretudo de Eucalipto e Pinheiro Bravo, concentrados nas freguesias com maior potencial florestal. Em algumas zonas do concelho, os povoamentos mistos para além de serem constituídos por Pinheiro Bravo e Eucalipto, também são ocupados por Sobreiros e Carvalhos, e por espécies invasoras sobretudo Acácias. Em São Jacinto predominam os povoamentos de resinosas, mais propriamente de Pinheiro Bravo na área da Reserva Natural. Existem ainda pequenas áreas de povoamentos de resinosas (Pinheiro e Cedro) sobretudo na freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz. As espécies folhosas, que predominam no concelho são essencialmente Videoeiro, Salgueiro e Choupo, e abundam junto a linhas de água ou zonas ripícolas. Tem-se assistido também a um aumento das áreas ocupadas com Eucalipto, uma vez que áreas submetidas a corte e novas plantações, na sua grande maioria, são arborizadas com a espécie Eucalipto. in PMDFCI

No atual sistema de ordenamento e das figuras de plano enquadráveis no sistema português, as figuras mais diretamente relacionadas com a classificação e qualificação dos solos, e com o ordenamento florestal são sobretudo os planos diretores municipais, e mais recentemente, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal.

### 3.3 PESCA

A Ria de Aveiro e o seu espaço envolvente criam um exemplo preponderante de um ecossistema de confirmada importância ecológica, detendo uma associada densa rede de recursos, com potencialidades e condições favoráveis de navegabilidade dos canais da Ria de Aveiro, estas fomentaram a criação de diversos cais de acostagem, que possuem um forte significado histórico e cultural para muitos núcleos populacionais piscatórios. in Reis J.(2010) A importância das pescas para a economia nacional - uma análise exploratória.

Uma vasta faixa costeira, um porto de mar e uma extensa área lagunar, associado a uma grande riqueza de recursos, potenciaram o desenvolvimento das atividades piscatórias, mantendo-se este setor até hoje com um peso relevante em termos de emprego, geração de riqueza e identidade sociocultural da região.

A pesca está na base de uma importante e diversificada fileira económica, que inclui a pesca de largo, pesca costeira, pesca profissional local e a aquacultura, bem como, a indústria de preparação e transformação, armazenamento, transporte e distribuição, comercialização e serviços de apoio, que por sua vez estabelecem complementaridades diretas e indiretas com outras atividades, fundamentais para a economia local (salicultura, atividades portuárias, turismo, restauração).

Neste ponto pretende-se fazer uma breve caracterização do setor das pescas, apoiada, fundamentalmente, em publicações dispersas, sustentadas em dados da DRAPC<sup>3</sup>, enquanto entidade com atribuições específicas/dedicadas nesta atividade, nomeadamente, ao nível das licenças e na instrução de processos. Nesta abordagem, descreve-se de uma forma sucinta as distintas atividades das pescas e da realidade das comunidades piscatórias da região onde estas atividades se concentram.



Na área de Aveiro existem muitas comunidades piscatórias, sendo que, os concelhos mais representativos da região são a Murtosa (45%) e Ílhavo (30%) onde se concentram a maioria as comunidades, com destaque para a Torreira, Gafanha da Nazaré, Costa Nova, Gafanha de Encarnação, S. Jacinto e Murtosa

figura 15. Comunidades Piscatórias da Ria de Aveiro e Costa Adjacente,

fonte: Breve caracterização do setor das pescas da área de atuação da DRAPC, grupo de pescas em abril de 2008

Tendo com referência os dados e a área de atuação da DRAPC, a análise reporta-se fundamentalmente, às capitânias de Aveiro e da Figueira da Foz, onde são exercidas as atividades da *Frota de Pesca Profissional*, *Pesca Apeada*, *Pesca com arte Majoeira* e da *Aquacultura*.

- Na frota da **pesca local** são usadas embarcações de pequenas dimensões que condicionam o exercício nas águas oceânicas, limitando muita da sua atividade à Ria de Aveiro. Da análise do quadro seguinte, verifica-se que a comunidade da Torreira, nos vários anos, se destaca com o maior nº de embarcações licenciadas em relação às outras, seguida da comunidade da Murtosa, ambas do concelho da Murtosa, representando cerca de 37% do total de embarcações licenciadas. A comunidade de S. Jacinto, do concelho de Aveiro, é uma das menos representativas, concentrando em 2013 apenas cerca de 5% do total das embarcações licenciadas.
- 

<sup>3</sup> Publicação da DRAPC – Pescas e Aquacultura na Região Centro, Breve Caracterização, 2015

COMUNIDADE	Anos						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Torreira	138	142	146	152	145	143	145
Murtosa	81	79	75	74	73	68	68
S. Jacinto	34	33	31	30	27	26	27
Gafanha da Nazaré	50	57	56	53	52	49	49
Gafanha da Encarnação	30	30	28	25	25	26	24
Costa Nova	69	71	68	59	56	56	65
Outras	192	188	203	200	205	196	196
<b>Total</b>	<b>594</b>	<b>600</b>	<b>607</b>	<b>593</b>	<b>583</b>	<b>564</b>	<b>574</b>

quadro 30. evolução do nº de embarcações licenciadas por comunidade entre 2007 e 2013  
 Fonte: publicação Quintas da Ria- contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro, UA, 2016

As artes das embarcações de pesca local autorizadas na Ria de Aveiro são: "Tresmalho de Fundo", "Berbigoeira", "Tresmalho de Deriva", "Palangre de Fundo", "Minhocada", "Chinchorro", "Camaroeiro", "Galrichos", "Camboa" e "Cana e Linha de Mão". Destas salientam-se a "Berbigoeira", usada para a captura de espécies Bivalves e o "Tresmalho de Fundo" para a captura de choco e linguado e o "Tresmalho de Deriva" para a captura da lampreia e sável.

Neste âmbito, da análise do quadro... é notório que a arte de pesca local mais utilizada pelas comunidades é o "Tresmalho de Fundo", seguido da "Berbigoeira" e do "Tresmalho de deriva", com expressão equivalente. Ao nível das comunidades piscatórias verifica-se que a comunidade da Torreira se destaca com expressividade nas diferentes artes de pesca em relação às outras. Na Comunidade de S. Jacinto a as artes mais representativas são o "Tresmalho de Fundo" e à deriva, enquanto o uso da arte "Berbigoeira" quase não tem expressão.

COMUNIDADE	ARTES		
	Berbigoeira	Tresmalho	
		Fundo	Deriva
Torreira	95	108	46
Murtosa	15	48	41
S. Jacinto	1	25	17
Gafanha da Nazaré	32	45	30
Gafanha da Encarnação	18	20	14
Costa Nova	38	52	18
Outras	73	135	93
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>433</b>	<b>259</b>

quadro 31. principais artes de pesca por comunidade em 2013  
 Fonte: publicação Quintas da Ria- contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro, UA, 2016

Em termos de vendas, de acordo com os dados da DRAPC, importa referir que "A Frota da Pesca Local registada na área da DRAPCentro, representou em 2014 um volume de vendas de 3.916.989,99 €(3.454.108,59 € em Aveiro e 462.881,35 € na Figueira da Foz).

Ao nível das espécies capturadas na Ria de Aveiro, destacam-se como as principais, o Berbigão, a Ameijoia, o Choco e o Linguado, que representam do total nacional, 54.64%, 44.96%, 34.24% e 18.66%, respetivamente.

ESPÉCIES	TON		Peso %
	Aveiro	Nacional	
Ameijoa	651	1.448	44.96
Berbigão	712	1.303	54.64
Choco	404	1.180	34.24
Linguado	95	509	18.66
Robalo	18,3	400	4.58

quadro 32. representatividade de algumas espécies, 2012

Fonte: publicação Quintas da Ria- contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro, UA, 2016

Da frota de pesca local à ainda a destacar a **Costeira<sup>4</sup>** (arrasto costeiro), sendo que na área da DRAPC, existem 32 embarcações de arrasto costeiro, 26 dos quais em Aveiro e as restantes na Figueira da Foz, o que representa cerca de 39% do total nacional deste tipo de embarcações.

- **Da frota da pesca apeada**, em 2013 registaram-se 203 apanhadores licenciados que se dedicaram à captura de bivalves e de poliquetas. Este tipo de atividade constitui uma fonte de receita com significado, tendo-se verificado um aumento de cerca de 9% do ano 2012 para 2013, para o qual terá contribuído o aumento do desemprego.

De acordo com os dados disponíveis, a tabela seguinte reflete a importância da pesca apeada na comunidade da Murtosa, concentrando-se aqui cerca de 37% do total de apanhadores licenciados da região.

Pesca Apeada – nº de apanhadores licenciados					
	2009	2010	2011	2012	2013
Murtosa	49	70	72	75	75
Torreira	58	67	54	45	51
Outras	82	89	126	66	77
Total	189	226	252	186	203

quadro 33. Apanhadores licenciados

Fonte: publicação Quintas da Ria- contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro, UA, 2016

- **A aquacultura<sup>5</sup>**, onde se integra o setor da **Piscicultura** e da **Moluscicultura** desenvolve-se no salgado de Aveiro, ocupando ex marinhas de sal, dado que se encontram na generalidade inativas. De acordo com os dados da DRAPC em 2014:

- apenas 7 marinhas de sal se mantinham ativas em Aveiro ;
- existiam 34 **Pisciculturas licenciadas**, das quais 20 são em Aveiro e as restantes na Figueira da Foz. A piscicultura existente na Região assenta sobretudo em pequenas empresas de base familiar, operando fundamentalmente em regime semi-intensivo em tanques de terra, produzindo essencialmente, robalo e dourada. Em regime intensivo apenas existe uma em Aveiro que produz exclusivamente linguado.
- existem 24 estabelecimentos de **Moluscicultura** com a área de 8000 m<sup>2</sup> cada e 32 com área de 2000 m<sup>2</sup> cada, que se dedicam à produção de bivalves com especial incidência na produção de Ostras. Existem pequenos produtores de bivalves que se dedicam sobretudo à engorda de ostra destinada quase na sua totalidade à exportação (sobretudo para França). Tendo como referência os anos 2011 e 2012, no quadro seguinte verifica-se que produção de amêijoas e mexilhões é marginal, face à produção de ostra, apesar de neste período se ter registado uma redução de cerca de 28% neste período.

<sup>4</sup> e <sup>3</sup> Informação extraída Publicação da DRAPC – Pescas e Aquacultura na Região Centro, Breve Caracterização, 2015

	Quantidades produzidas (Kgs)				Total
	Ostras	Ameijoa Macha	Ameijoa Boa	Berbigão	
2011	340.860	13.297	2.016	9.404	365.577
2012	245.593	61.744	3.194	14.367	324.898

quadro 34. Moluscicultura – ria de Aveiro

Fonte: publicação Quintas da Ria- contributos sobre a proteção, valorização e gestão da Ria de Aveiro, UA, 2016

### Outras atividades<sup>6</sup>

A atividade da pesca integra uma fileira económica com um leque diversificado de outras atividades económicas paralelas e complementares, nomeadamente, a indústria de congelação de pescado fresco, a indústria de preparação de preparação de pescado congelado e indústria de transformação, bem como a construção naval e a restauração e Investigação.

- Ao nível da **indústria**, na área de atuação da DRAPC, salienta-se a **indústria de congelação do pescado fresco**, com 6 unidades de congelação de pescado adquirido na lota, 2 localizadas em Aveiro e 4 na Figueira da Foz, destacando-se as espécies da sardinha, cavala, carapau e polvo. A **indústria de preparação do pescado congelado**, regista 6 estabelecimentos em Aveiro dos 20 existentes na área da DRAPC. Na **indústria de transformação**, salientam-se a **indústria de Salga e Secagem de peixe**, localizadas fundamentalmente no município de Ílhavo, representando cerca de 80% das unidades instaladas na Região de Aveiro, na sua maioria dedicadas à transformação de bacalhau salgado (a partir do bacalhau congelado e salgado verde). A **indústria de Peixe em Conserva**, também marca a sua presença, com 2 unidades em Aveiro e 2 na Figueira da Foz, empregando no total cerca de 300 pessoas em 2014.
- A **construção e reparação naval** é uma atividade que continua a marcar presença na Região de Aveiro com um número significativo de estaleiros que se dedicam à manutenção, reabilitação e modernização de embarcações, em particular de pequeno-médio porte, para pesca costeira e náutica de turismo e recreio. Salientam-se também os nichos de mercado do fabrico personalizado de embarcações para turismo náutico e da construção de embarcações tradicionais. Neste âmbito, destaca-se a presença no concelho de Aveiro, do estaleiro naval de construção e reparação de embarcações, com mais de 35 anos atividade, da empresa Navalria do Grupo Martifer.
- A **restauração** na região envolvente à laguna de Aveiro é também uma referência, pela oferta variada e diferenciadora que traduz a história e cultura das suas gentes, nomeadamente a tradição de pesca. O bacalhau, as enguias e os bivalves são sabores tradicionais. A valorização da flor de sal, das macroalgas e da salicórnica na restauração aveirense, para além de promover os recursos locais, constituem uma mais-valia na diferenciação e melhoria da qualidade da restauração.

### Conclusão

A Ria de Aveiro constituiu um elemento fundamental do desenvolvimento e importância económica e social da região, que se tem mantido, assumindo-se ainda hoje o suporte económico de várias comunidades piscatórias que se concentram junto à laguna. A elevada taxa de desemprego que se tem registado, tem-se traduzido num crescendo da procura da pesca, como a atividade principal desta população.

Pese embora, a valorização económica das atividades da Ria constitua uma condição necessária e indispensável à preservação, conservação ambiental e manutenção da sua biodiversidade, é fundamental ter sempre presente as características ambientais específicas e os limites deste território singular;

<sup>6</sup> DLB Costeira - documento da candidatura 2ª fase promovida pela CIRA

No alcance do seu equilíbrio, importa reinventar e reinterpretar as atividades presentes na Ria há algumas décadas, adequando-as aos novos modos de vida e novas práticas sociais, dando lugar a novos usos e novas

relações entre as populações e a área lagunar. A Ria é hoje vista não só como espaço de vida económica e lazer, mas também como recurso raro e como valor cultural identitário da região.

Deverão, por isso, ser integradas as atividades económicas e sociais ligadas à salicultura, aquicultura, pesca profissional e desportiva, náutica de recreio, caça e turismo, orientadas por regras e princípios de aplicação de boas práticas que assegurem a sua compatibilidade e sustentabilidade com espaços ambientalmente sensíveis.

#### 4. PROGRAMAS E PROJETOS RELEVANTES

##### 4.1 PROJETOS HIDROGRÍCOLAS

*Pela importância inquestionável das obras inerentes ao projeto de desenvolvimento agrícola do Vouga, dadas as conhecidas potencialidades da região no setor da agricultura e a incidência que o seu desenvolvimento terá no reforço da capacidade produtiva regional, impõe que se proceda à sua classificação como obras de interesse regional. Este reconhecimento foi concretizado pela classificação do Aproveitamento Hidroagrícola do Vouga, como obra de interesse regional, publicado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/95.*

O regadio público na região Centro assume especial relevância pelo elevado número de Aproveitamentos Hidroagrícolas existentes. Todos os aproveitamentos, à exceção do Baixo Vouga, dispõem de infraestruturas de rega, com ou sem armazenamento, nomeadamente em grandes barragens que normalmente não permitem a regularização interanual.

Por isso, uma particular e especial atenção para o Projeto do Vouga, deverá considerar o investimento neste Aproveitamento Hidroagrícola numa ótica de conservação, em que a viabilidade económica da agricultura local/regional permitirá a promoção e sustentabilidade ambientais. Assegurar-se-á desta forma a continuidade do programa de monitorização em curso, compromisso assumido no âmbito da DIA, com parecer favorável, decorrente do procedimento de AIA deste empreendimento, associado à realização dos projetos e obras de infraestruturas de defesa do avanço da água salgada, drenagem, rega e estrutura verde primária. In Programa de desenvolvimento rural da região centro—estratégias temática

CARATERIZAÇÃO		PONTO DE SITUAÇÃO DOS A.H.	
Área total do Aprov.	12.259 (ha)	Identificação dos Investimentos	Defesa Rega Drenagem Estrutura verde primária:
Área total do Bloco do B.V. Lagunar- obra	3000 ha		
Nº de proprietários do Bloco do B.V. Lagunar	3800		
Concelhos abrangidos	Aveiro, Albergaria, Estarreja		
Linhas de água	Rio Vouga, Rio Jardim, Rio Antuã		
Bacia hidrográfica	Vouga		
Descrição de invest.	Defesa, drenagem e estrutura viária		
Características da barragem	Defesa	Fase de execução	Em Curso
		Cronograma previsual	EIA concluído DIA favorável A lançar concursos (projeto e obra)
Entidade responsável	AB Baixo Vouga Lagunar	Custos (euros)	2017 a 2020 12.480.000

quadro 35. Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Vouga – Obra  
fonte: quadro fornecido pela DRAPC, 2016 (adaptado)

figura 16. Blocos Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Vouga



Em 1975 foi elaborado o **Plano Geral do “Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Vouga”**, o qual abrangia uma área de cerca de 12 000 ha, subdividido em 10 blocos.

fonte: In Relatório do grupo de trabalho sobre o Baixo Vouga Lagunar, nomeado pelos despachos 12/DG/2012 e 15/DG/2012

O município de Aveiro intersesta dois blocos do aproveitamento hidroagrícola com características diferentes, o Bloco do Baixo Vouga Lagunar e o Bloco do Baixo Vouga onde se inserem alguns perímetros de emparcelamento rural:

O **Bloco do Baixo Vouga**, intersesta áreas das freguesias de Cacia, Esgueira, Oliveirinha, Eixo e Eirol, sendo que nas três últimas freguesias se desenvolve do perímetro de emparcelamento rural de “Eixo, Alquerubim, Frossos, Segadães, Eirol, Requeixo, Travessô Óis da Ribeira”, com estudo prévio aprovado.

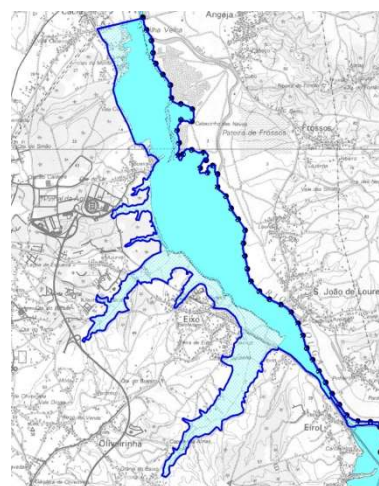


figura 17. Bloco do Baixo Vouga  
fonte: CMA

O **Bloco do Baixo Vouga Lagunar**, intersesta áreas da freguesia de Cacia onde existem dois perímetros de emparcelamento rural, o perímetro de **emparcelamento do “Rio de Mós”**, em fase de projeto suspensa e o perímetro de **emparcelamento da “Ilha Nova”**, em fase de estudo prévio concluída.



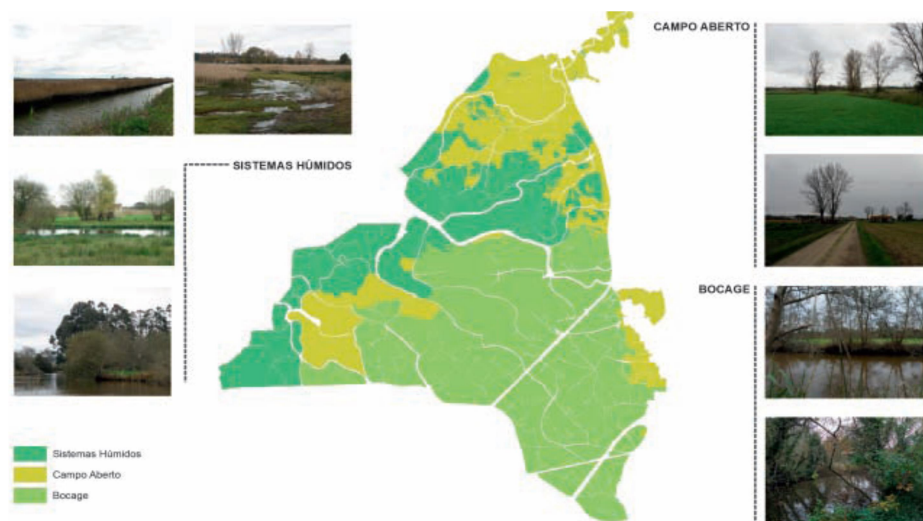
**figura 18.** Perímetros de emparcelamento do Bloco do Baixo Vouga Lagunar, fonte: Relatório do grupo de trabalho sobre o Baixo Vouga Lagunar, nomeado pelos despachos 12/DG/2012 e 15/DG/2012

## 4.2 EMPARCELAMENTO RURAL<sup>7</sup>

Em termos de desenvolvimento agrícola, é essencial destacar o Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga – Baixo Vouga Lagunar, que integra as zonas de maior importância e sensibilidade agronómica, e que foi já objeto de diversos estudos para o seu desenvolvimento.

O Baixo Vouga Lagunar reúne os chamados campos agrícolas do Baixo Vouga e caracteriza-se e distingue-se pela sua diversidade e especificidade. Constitui um agroecossistema inserido na ria de Aveiro classificada como Zona de Proteção Especial onde a água se assume como um elemento marcante na génese e na dinâmica do Baixo Vouga Lagunar.

No Baixo Vouga Lagunar destacam-se três grandes unidades de paisagem, interligadas entre si por uma densa rede de corredores constituída por esteiros, valas, sebes e caminhos: o bocage, os sistemas húmidos e o campo aberto:



<sup>7</sup> Referência bibliográfica, comunicação *a gestão integrada da água e do solo como suporte da sustentabilidade da paisagem do baixo vouga lagunar*, Maria Teresa Andresen, José Manuel Gonçalves, Maria José Curado

**figura 19.** Unidades de paisagem  
 fonte: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

O **bocage** é um habitat raro em Portugal caracterizado por uma grande densidade de sebes e parcelas de terreno de pequena dimensão, logo a sua preservação revela-se como algo de prioritário e de extrema importância para a comunidade de aves da região, bem assim como de mamíferos, anfíbios e répteis.

Os **sistemas húmidos** possuem também uma importância elevada que deriva do seu carácter multifuncional. O juncal e o caniçal têm uma presença marcante. O caniçal surge com o aumento da proporção de água doce, que favorece o aparecimento de outras plantas.

No **campo aberto** obtém-se as mais elevadas produções agrícolas o que confere a esta unidade de paisagem uma grande importância sócio-económica. As culturas predominantes são o milho, o azevém e as pastagens.

O projeto do Baixo-Vouga Lagunar abrangeu uma área de cerca de 3.000 hectares, reação ao estado de degradação atingido pelo Baixo Vouga Lagunar, após vários anos de agravamentos significativos, principalmente em resultado da intrusão salina, da destruição e do envelhecimento das infraestruturas, tais como diques, valas e caminhos, a dimensão reduzida e inacessibilidade às parcelas agrícolas. Defendidos da ação das marés por diques de terra batida e motas marginais, frequentemente inundados durante o período outono/inverno, sob ação conjugada das cheias, fortes ventos costeiros e da ocorrência de marés vivas na Ria de Aveiro, este agro-ecossistema é de grande vulnerabilidade. Esta circunstância acrescida da excessiva repartição das propriedades agrícolas (cerca de 3 800 proprietários) dificultava a intervenção e gestão desta área o que levou a tutela a intervir.

Este Projeto teve como principal objetivo a defesa dos campos contra o efeito destrutivo das cheias e contra a salinização dos solos, devido ao progressivo avanço das marés. A instalação de uma estrutura verde de compartimentação da paisagem, constituída por sebes implantadas em áreas de domínio público e a reestruturação fundiária foram também objetivos que se pretendiam concretizar com este projeto.

A reestruturação fundiária prevista consistia basicamente no redimensionamento da propriedade rústica, através da junção dos prédios pulverizados por progressivas partilhas sucessórias e transações imobiliárias e sem qualquer potencial económico, - tem por finalidade a redução do número de proprietários em cada perímetro. in "A gestão integrada da água e do solo como suporte da sustentabilidade da paisagem do Baixo Vouga Lagunar", Maria Teresa Andresen, José Manuel Gonçalves, Maria José Curado



**figura 20.** Bloco Baixo Vouga Lagunar,  
 fonte: <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA1792/RNT792.pdf>

Os terrenos que integram os campos Agrícolas do Baixo Vouga Lagunar pertencem aos concelhos de Aveiro, Albergaria-a-Velha e Estarreja, sendo terrenos bastante férteis, ricos em pastagens naturais com elevadas potencialidades forrageiras. Apesar da elevada capacidade dos solos para as práticas agrícolas, a agricultura representa muito pouco para a economia da região. As condições que explicam esta fraca produtividade relacionam-se com as condições sociais e fundiárias existentes, nomeadamente a idade avançada dos agricultores, o seu baixo nível de instrução, bem como a existência de um grande parcelamento de prédios agrícolas e a erosão dos solos provocada pela salinização.

Pelas características naturais e singulares do agroecossistema que caracteriza o Baixo Vouga lagunar e pela constante degradação, quer do ponto de vista agrícola, quer do ponto de vista ambiental, exige a implementação de estratégias que assegurem a sua compatibilização e a execução de obras que impeçam o avanço da água salgada.

O projeto da “bacia hidrográfica/plano de água de fins múltiplos” localizada no Rio Novo do Príncipe entretanto desenvolvido, integra a implementação de um conjunto de infraestruturas que pretendem constituir um sistema de defesa contra marés, através da construção de açudes no Rio Novo do Príncipe e no Rio Velho, e ainda de um dique na margem sul, criando uma bacia de reserva de água doce.

Este projeto pretendia fundamentalmente promover a requalificação e recuperação da sustentabilidade económica e ambiental das atividades e do ecossistema. A criação de uma reserva de água doce, servirá a agricultura e poderá assegurar as necessidades da Portucel. Paralelamente, associado às obras programadas de redimensionamento do atual leito do rio e a sua requalificação, poderá vir a permitir o reviver da sua história, enquanto palco de provas internacionais de remo e canoagem da “pista do rio novo do príncipe”.

Este projeto teve DIA e RECAPE favoráveis, com possibilidade de financiamento do QREN e da Portucel. Constituiu, portanto, uma oportunidade de melhorar o aproveitamento das diversas potencialidades que o Baixo Vouga oferece e de resolução de uma problemática que tem mais de três décadas.

No atual quadro de gestão dos Fundos Comunitários do Portugal 2020, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) assinou a 31 de Agosto de 2015 o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA), tendo assumido o Baixo Vouga Lagunar como um dos principais projetos, que foi integrado, no âmbito do *Aviso-Convite* dirigido à CIRA, para intervenções estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias em zonas de inundações frequentes e danos elevados no Baixo Vouga Lagunar.

O investimento do Projeto do Baixo Vouga Lagunar pretende qualificar as infraestruturas existentes e construir as que são fundamentais para rentabilizar as potencialidades da BVL. No essencial integra a construção de infraestruturas hidráulicas para a proteção contra cheias, inundações e marés, e regulação do caudal do Rio Vouga na zona denominada de “Rio Novo do Príncipe”, com incidência em toda a área do Baixo Vouga Lagunar. Esta intervenção visa a defesa do território, de pessoas e de bens, assumindo-se por isso como uma prioridade muito relevante, contemplando:

- Açude-ponte no Rio Novo do Príncipe, em Vilarinho, facilitando o acesso aos campos e regulando, através de um sistema de plataformas, a contenção de água doce (do rio Vouga) e salgada (da ria de Aveiro).
- Açude-ponte no Rio Velho, servindo para regularizar e proteger contra cheias, as margens do rio, é composto por um dique de taludes, equipado, na sua zona central, por um conjunto de comportas.
- Consolidação e elevação da cota do dique da margem esquerda do Vouga, no Rio Novo do Príncipe, para reduzir a frequência do seu galgamento;

Pretende-se assim, promover a valorização dos terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar há muitos anos reclamada, defendendo-os da entrada e progressão da água salgada da Ria e a melhoria das acessibilidades, contribuindo para a promoção do aumento da atividade agrícola e pecuária de solos de elevada capacidade produtiva. Esta abordagem constitui um importante contributo para a defesa da biodiversidade e das atividades económicas existentes.

### 4.3 DLBC RURAL DA REGIÃO DE AVEIRO NORTE E SUL E DLBC COSTEIRA<sup>8</sup>

Os programas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) do Portugal 2020 visam promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias em territórios economicamente fragilizados, contribuindo para a promoção do emprego e, de forma complementar, para a promoção da inovação social, através de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social. Os DLBC constituem um apoio e oportunidade para a execução de projetos de desenvolvimento económico e social, com especial incidência nas pescas e zonas costeiras, assim como na agricultura, pecuária e floresta”.

Neste quadro, a Comunidade Intermunicipal Região de Aveiro (CIRA) apresentou três candidaturas aos programas de DLBC do Portugal 2020, tendo sido seleccionadas para a segunda fase, **DLBC Costeira** (Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro), **DLBC Rural Região de Aveiro Norte** e **DLBC Rural Região de Aveiro Sul**, que funcionará através da constituição de parcerias entre a CIRA e várias entidades públicas e privadas, seja enquanto promotores seja enquanto beneficiários/agentes económicos do território.

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) concretiza-se em Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) concebidas e executadas pelas comunidades locais as quais, para o efeito, se organizam em Gabinetes de Ação Local, tendo a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro sido eleita como gestora com poderes administrativo- financeiros delegados dos DLBC RA Norte e SUL enquanto que o DLBC Costeira é liderado CI Região de Aveiro.

As Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), em função das especificidades dos territórios envolvidos, assentam, na generalidade, no princípio de “Promover o desenvolvimento socioeconómico do território e a qualidade de vida, de forma integrada e participada, em articulação com a preservação do património ambiental e cultural”.

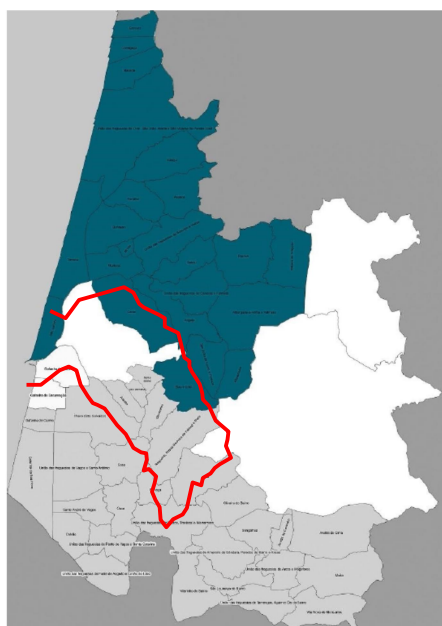


figura 21. delimitação dos DLBC's Norte e Sul

#### DLBC RURAL REGIÃO AVEIRO NORTE

Município de Albergaria-a-Velha: *Todas as freguesias;*  
 Município de Aveiro: *Freguesias de S. Jacinto, Cacia e União de Freguesias de Eixo e*  
 Município de Ovar: *Todas as freguesias;*  
 Município da Murtosa: *Todas as freguesias;*  
 Município de Estarreja: *Todas as freguesias;*

#### DLBC RURAL REGIÃO AVEIRO SUL

Município de Aveiro: *Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz/ Oliveirinha/Aradas Santa Joana/S. Bernardo;*  
 Município de Anadia: *Todas as freguesias;*  
 Município de Oliveira do Bairro: *Todas as freguesias;*  
 Município de Ilhavo: *S. Salvador e Gafanha do Carmo*  
 Município de Vagos: *Todas as freguesias;*

<sup>8</sup> Compilação de Informação extraída dos documentos da candidatura 2ª fase promovida pela CIRA

## **DLBC RA Norte**

---

O território **DLBC RA Norte** engloba cinco Municípios que apresentam continuidade territorial, coesão e homogeneidade aos níveis físico, económico e sociocultural. Estão integrados o município de Albergaria, Ovar

Murtosa e Estarreja e o município de Aveiro, do qual apenas estão integradas as freguesias de Cacia, União das freguesias de Eirol e Eixo e São Jacinto.

Tendo em conta os objetivos estratégicos predefinidos para cada **DLBC RA** especificam-se de seguida os **Eixos Estratégicos fundamentais** que determinaram o programa de ação e investimento estabelecido para o **DLBC RA Norte**:

**Eixo Produtos e Serviços Locais de Qualidade:** *valorizar dos produtos e serviços de qualidade locais apoiando as explorações agrícolas, as empresas e as fileiras a introduzir práticas inovadoras na produção, transformação e ligação aos mercados e a diversificar atividades, respeitando sistemas e práticas sustentáveis, valorizando os recursos locais na dupla perspetiva da sua viabilidade socioeconómica e da preservação do património local. Pretende-se criar autoemprego e revitalizar a economia local e preservar a tipicidade dos produtos laborados, a diversidade e a riqueza da paisagem e o ambiente, enquanto fatores de competitividade do território.*

**Eixo Floresta, Ambiente e Eficiência Energética:** *valorizar dos recursos florestais, a preservação da natureza e a eficiência energética apoiando as empresas/fileiras a introduzir práticas inovadoras e a diversificar atividades, permitindo a conservação do património natural e ecológico e a sua valorização económica. O desenvolvimento de ações e projetos no âmbito deste eixo contribuirá para: Reforçar a viabilidade e competitividade das explorações agrícolas e outras empresas locais, apoiando a sua modernização, a introdução de práticas inovadoras, a diversificação de atividades, a utilização eficiente de energia e uma maior orientação para o mercado; Promover a gestão sustentável da floresta e a sua utilização múltipla; Promover a qualificação e preservação dos recursos naturais e patrimoniais do território; Contribuir para a preservação da biodiversidade, redução dos riscos de incêndio e eficiência energética.*

**Eixo Turismo e Património** *pretende o desenvolvimento da oferta turística e da restauração e a diversificação de produtos e motivos de interesse para a exploração turística, incluindo a requalificação de elementos patrimoniais do território. Em matéria de promoção e oferta turística, o desafio para a DLBC RA*

*Norte consiste em desenvolver uma oferta estruturada, distintiva e inovadora, apoiada na valorização das condições naturais e culturais do território e na diversidade concentrada de recursos com interesse turístico.*

**Eixo Inclusão Social e Qualidade de Vida** *visa a produção de efeitos corretivos e preventivos, gerados pelo aumento da dinâmica institucional, com vista à melhoria das condições de vida das populações e da atratividade do território. O desenvolvimento de ações e projetos no âmbito deste eixo contribuirá para promover a inclusão social, a redução da pobreza e o acesso a serviços sociais por parte das populações locais.*

**Eixo transversal Empreendedorismo e Formação** *visa promover e implementar um plano de ação de apoio ao empreendedorismo, através do apoio aos micro e pequenos agentes económicos visando o aumento da competitividade das suas empresas, fomentar a criação de condições que estimulem o empreendedorismo e a inovação, potenciar condições para uma economia local dinâmica, reforçando a criação de emprego, através de pequenos investimentos na agricultura e na agroindústria, da diversificação de atividades na exploração agrícola, promoção de cadeias curtas de comercialização e mercados locais. Pretende-se promover o empreendedorismo através da dinamização de bolsas de terras municipais, para o que se prevê que a equipa de animação possa assessorar os proprietários para disponibilizarem os terrenos para a bolsa, fazendo igualmente a sua promoção no sentido de motivar os jovens e outros agentes da região. Este instrumento de desenvolvimento rural é muito importante para melhorar a escala das dimensões agrícolas e instalar jovens agricultores.*

**Eixo Governação e Capacitação Institucional: Gestão, Monitorização, Avaliação, Cooperação e Comunicação** pretende assegurar a existência de uma estrutura de gestão e equipa técnica dedicada preocupada com a implementação da EDLBC. Para a implementação das ações foi delineada uma estrutura organizativa de gestão que, no futuro, assumirá a animação, implementação, monitorização e avaliação da EDL, que compreende e se decompõe na Parceria, Órgão de Administração, Comissão de Acompanhamento e Equipa Técnica Local.

#### **DLBC RA SUL**

---

O **DLBC RA Sul**, na sua delimitação territorial teve em linha de conta, para além da continuidade, coesão e homogeneidade territorial, as suas características de ruralidade e menor densidade populacional, articulação funcional e importância no conjunto. Assim, integra os concelhos de Anadia, Oliveira do Bairro, Vagos e parcialmente o concelho Aveiro (freguesias de Aradas, Oliveirinha, São Bernardo, Santa Joana, União das freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz), e o concelho de Ílhavo (freguesias de Gafanha do Carmo e São Salvador).

Os **Eixos Estratégicos fundamentais** que determinaram o programa de ação e investimento estabelecido:

**Eixo Produtos Agrícolas/Agroindustriais e de Qualidade do Território**, visa a valorização dos produtos serviços de qualidade locais apoiando as empresas/fileiras a introduzir práticas inovadoras na produção, transformação e ligação aos mercados e a diversificar atividades, respeitando sistemas e práticas tradicionais, valorizando os recursos locais na dupla perspetiva da sua viabilidade socioeconómica e da preservação do património local.

**Eixo Conservação da Natureza, Património e Turismo**, visa o desenvolvimento da oferta turística e de restauração e a diversificação de produtos e motivos de interesse para a exploração turística, incluindo a requalificação de elementos patrimoniais do território, apoiada na valorização da conservação da natureza. Em suma o presente Eixo, visa a promoção de uma estratégia capaz de conciliar, numa ótica de integração e sustentabilidade, a conservação da natureza e do património, o desenvolvimento local e a qualificação e diversificação da oferta turística.

**Eixo Inclusão social e qualidade de vida**, visa melhorar as condições de vida promover a inclusão social, a redução da pobreza e o acesso a serviços sociais das populações locais e em especial promover a atratividade do território. Pretende-se, desenvolver, melhorar e apoiar os cuidados de saúde destinados à população em geral; melhorar as condições de habitabilidade e conforto das localidades; permitir o acesso da população às tecnologias de informação; desenvolver e melhorar o apoio social destinado, especificamente, às crianças e idosos; aumentar através de formação profissional e demais medidas de apoio, a capacidade de inclusão social face a situações de risco e de exclusão. Muitas destas ações permitem a criação de postos de trabalho para a população ativa, contribuindo para a fixação das pessoas e a melhoria das condições de vida.

**Eixo Floresta, Ambiente e Energia**, pretende promover atuações pontuais no que diz respeito à valorização dos recursos florestais, promover a qualificação da floresta e a sua utilização múltipla, mitigar os efeitos da atividade agrícola nas comunidades urbanas onde se inserem e se cruzam, bem como contribuir para diminuir o impacto das pequenas agroindústrias, a separação de resíduos na agricultura e na agroindústria, a valorização dos resíduos orgânicos agrícolas e agroindustriais através da compostagem e o envio a destino ambientalmente correto dos restantes. Propõem-se ações de sensibilização para investimento em equipamentos de rega adequados - fundamental para uso racional da água e para as vantagens da prática da agricultura no modo de produção integrado e biológico, e a ajuda dos agricultores a lidarem com a burocracia de uma forma mais amigável, pretendendo tornar esta região um exemplo a nível nacional deste tipo de práticas ambientalmente recomendáveis. A Energia será outro dos pontos importantes na estratégia, promovendo a utilização de energias renováveis na agricultura e agroindústria.

**Eixo Empreendedorismo e Formação**, propõe-se fazer uma espécie de “viveiro de empreendedorismo” adaptados às várias atividades mostrando o que de melhor existe no território e fazendo aparecer novos players, de natureza societária ou associativa (ex. organizações de produtores). Pretende-se promover o

*empreendedorismo nos locais e atividades onde existam lacunas, utilizando a rede já existente, as ferramentas os incentivos previstos nos apoios que serão tramitados pelo GAL, especialmente aos pequenos investimentos na agricultura e na agroindústria, diversificação de atividades na exploração agrícola, cadeias curtas de comercialização e mercados locais, criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras.*

## **DLBC COSTEIRA**

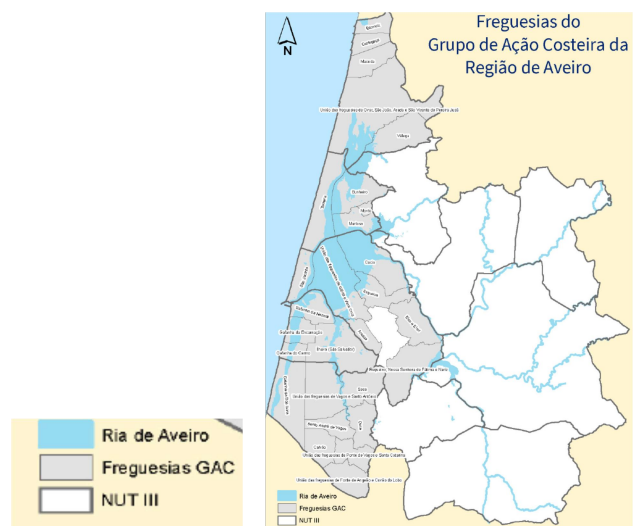


figura 22. DLBC Costeira

A proposta de parceria para a DLBC Costeira para o período 2014/2020 teve como base institucional as entidades pertencentes ao atual Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro GAC-RA. Esta parceria visa mobilizar as entidades locais, singulares e coletivas, públicas e privadas, e as comunidades piscatórias em geral, para o processo de desenvolvimento sustentável da respetiva área costeira de intervenção. Com esta candidatura, a parceria, agora reforçada pela parceria com novos agentes socioeconómicos, prevê dar continuidade ao trabalho já desenvolvido e reconhecido ao nível local, regional, nacional e internacional, na experiência anterior no território costeiro e da Ria na Região de Aveiro integrado no Eixo 4 – Desenvolvimento Sustentável as Zonas de Pesca do Programa Operacional Pesca 2007-2013.

A visão estratégica preconizada para este território consiste na promoção de um contexto favorável ao empreendedorismo e à valorização dos recursos endógenos das zonas costeiras e pesqueiras, garantindo: a coesão social das comunidades piscatórias; a sustentabilidade social, económica e ambiental da fileira da pesca e setores de atividade relacionados; o reforço da competitividade regional; e a proteção e valorização dos recursos naturais e culturais; valorização da cooperação interinstitucional.

Com este objetivo considerou as **Principais áreas de intervenção** já preconizadas pelo Programa Operacional Mar 2020, nomeadamente:

***Inovação em espaço marítimo:*** desenvolvimento de novas metodologias de produção e/ ou de organização das entidades conexas; de novos produtos; de investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em meio marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana; criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar;

***Qualificação escolar e profissional relacionada com o mar:*** apoio à capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar que realizem atividades ligadas ao mar, melhoria das suas competências e da sua capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo;

**Promoção de Planos de Mar:** desenvolvimento do conceito de “Aldeias de Mar” iniciado no âmbito do PROMAR e sua articulação com os “Pólos de Mar” previstos na ENM. Apoio de intervenções que visem o desenvolvimento de ações articuladas que convirjam para a consolidação destes conceitos;

**Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos:** apoio a intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo; melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores;

**Reforço da competitividade da pesca:** criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura;

**Reforço da competitividade do turismo nas zonas costeiras em espaço aquático:** criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao mar, promovendo o turismo de âmbito local; criação recuperação e modernização das estruturas e equipamentos e/ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo;

**Promoção de produtos locais de qualidade:** fomento das oportunidades de investimento que considerem a melhoria da qualidade dos produtos e a utilização de recursos endógenos, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos;

**Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar:** apoio à criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação;

## 5. PATRIMÓNIO RURAL /Natural

---

A valorização do património e o aproveitamento das potencialidades do meio rural, pode oferecer ao nível turístico uma oportunidade de recuperação desse património existente e defesa, numa perspetiva de sustentabilidade dos recursos existentes nestas zonas.

Aveiro apresenta um rico e singular património e tradição agrícola, com elementos diferenciadores de oferta turística. Segue-se uma breve descrição sobre o património rural, face à informação disponível, e a apresentação e definição de objetivos de alguns projetos e ações programadas que pretendem promover e valorizar esse património.

### **Moinhos/ Azenhas<sup>9</sup>**

---

Em Portugal a existência de moinhos e azenhas reporta-se à presença romana e islâmica. Situados estrategicamente junto de cursos de água ou em locais de ventos favoráveis, ficavam, por norma, isolados e fora das localidades, embora os acessos fossem, regra geral, fáceis para facultar o transporte dos cereais e das farinhas para os centros abastecedores e de escoamento da produção<sup>10</sup>. Resultados do crescimento populacional, muitos deles surgem hoje integrados na malha urbana.

A evolução tecnológica e o ritmo de vida atual, opõem-se a este ritmo paciente dos moinhos, pelo que, foram sendo substituídos pelas formas de moagem industrial. Muito embora resistissem em laboração até à década de 1960. Desde então entraram num processo de abandono, encontrando-se hoje, em muitos casos, degradados ou em ruínas.

Neste contexto, compreende-se a existência de moinhos nas várias freguesias do concelho, utilizando, na sua maior parte, a força motriz da água para movimentar os maquinismos de moagem, o que se pode explicar pela sua densa rede hidrográfica. Aliás, os frequentes topónimos relacionados com a moagem que se encontram no concelho, com destaque para o topónimo *azinha* pressupõe a sua presença em número significativo (13).

<sup>9</sup> Apoio em documento fornecido pela divisão de museus de património histórico; moinhos do distrito de Aveiro, Armando Carvalho Ferreira, 2008, Carta Arqueológica do concelho de Aveiro; edição Câmara Municipal de Aveiro, 2001

Noutros casos, os moinhos aproveitam uma outra das potencialidades da região e recorrem a uma fonte de energia peculiar: o impulso das marés.

A região de Aveiro, rica em atividade agrícola, com uma presença frequente de cereal, nomeadamente de milho, justifica a presença de moinhos. No entanto estes são, na sua maioria, moinhos de água – rodízio e azenha -, o que é compreensível face a uma região com uma densa rede hidrográfica formada em torno do Rio Vouga e que é envolvida pela Ria de Aveiro, força motriz que movimenta moinhos de maré, a exemplo do edifício da Capitania

Os exemplos de moinhos de vento são em menor número. Embora Aveiro seja uma zona de ventos de todos os quadrantes, a inconstância e a intensidade que estes por vezes atingem não facilita a sua existência, muito embora se encontrem exemplares que confirmam a prática da farinhação por ação da energia eólica um pouco por todos os concelhos do litoral próximo de Aveiro.

Na área do concelho de Aveiro são conhecidos, apenas, três moinhos de vento. As condições naturais privilegiaram a edificação de moinhos de água, à semelhança de toda a região.

Às portas da cidade de Aveiro, na freguesia de Aradas no Cabeço, Bomsucesso, localiza-se a única azenha em funcionamento no concelho. Esta e outras azenhas, pelo menos seis que existiam desde o lugar das Quintãs até Verdemilho, eram alimentadas pela Vala dos Moleiros, cuja levada teve de se adaptar à expansão urbanística.

Em plena cidade, talvez o edifício mais antigo do concelho, temos o moinho de vento de Esgueira, já em muito mau estado. Ainda na cidade de Aveiro, temos o Moinho dos “Boias”. O Moinho de maré existiu no edifício da capitania, onde funciona atualmente a Assembleia Municipal.

### **Armazéns de sal / palheiros**

---

A extração do sal é uma das atividades mais antigas praticadas em Portugal, sendo que a localização das salinas mais antigas são as de Aveiro.

De entre as particularidades vivenciais de Aveiro, sobressai, sem dúvida, a exploração das salinas, absolutamente indissociável do seu povoamento, tendo contribuído para a consolidação do seu núcleo primordial, ainda em finais do século XV.

Enquanto isto, e sempre que não se conseguia vender o sal durante a safra, optava-se por conservá-lo em montes em forma de grandes pirâmides cónicas.

O efeito da chuva e do vento provocavam a abertura de fendas na sua superfície dos montes e a perda do próprio sal. E esta terá sido a razão principal pela qual alguns dos mais abastados proprietários das explorações salineiras de Aveiro começaram a erguer, frontal às próprias salinas, estruturas executadas em madeira, utilizadas como armazéns de sal destinados à recolha e venda do sal.

Atualmente, apenas sobrevivem algumas referências deste património, tendo sido reconvertidos e transformados em equipamentos e outros locais de convívio.

## **5.1 PROGRAMAS E AÇÕES**

---

Em Aveiro a água, nas suas múltiplas formas: mar, ria, rio e canais, constitui um elemento estruturante da paisagem, do sistema urbano e ecológico e da actividade económica. É por isso um território singular que dispõe de condições excepcionais de suporte de um desenvolvimento urbano, económico e turístico sustentável, que lhe permite posicionar-se como um pólo de atracção que, nos diferente modos de utilização, beneficia do contacto e fruição da natureza.

Pretendendo promover e potenciar a valorização de algum deste património rural/natural, e o aproveitamento das potencialidades do meio rural foram concretizados alguns **projetos, programas e ações**<sup>10</sup> integrando os valores e referências da paisagem e de atividades económicas tradicionais.

### CORREDORES ECOLÓGICOS

Enquadrado no Programa MAIS-CENTRO o projecto ‘corredores ecológicos’ pretende promover a valorização e integração dos recursos naturais em equilíbrio com estruturação do território, assegurando contínuos naturais associados às principais linhas de água e outros espaços canal, fundamentais para a plena função do sistema biofísico, a preservação ambiental e biodiversidade, e ainda, como suporte da prática saudável de desporto, recreio e lazer. Assumem-se, também, como elementos determinantes de **coesão territorial**, estabelecendo ligações **funcionais** entre os diferentes territórios. Este projeto foi objecto de candidatura, integrando na Medida 4: Valorização e qualificação ambiental, as seguintes propostas de ação:

figura 23. Corredor ecológico Ribeira de Vilar

- **Reabilitação e Valorização Ambiental da Ribeira de Vilar**, para além da componente ecológica do contínuo natural, pretende promover a ligação dos territórios envolvidos a par do recreio e lazer. É um espaço que, apesar da já pouca expressão agrícola, alterado pelo crescimento urbano, ainda mantém essas características e referências, onde se encontram ruínas de um antigo moinho de água na margem direita.



fonte: Corredor es ecológicos CMA

figura 24. Corredor ecológico Esteiro de S. Pedro

- **Ligação do contínuo Buragal – esteiro de S. Pedro**, criando condições para a estruturação de um percurso pedonal e ciclável ao longo do Vale da Ribeira do Buragal, com ligação ao Esteiro de S. Pedro, pelo Campus Universitário, integrando o atravessamento em viaduto sob a EN 109.



fonte: Corredores ecológicos CMA

figura 25. Trilhos do Baixo Vouga

- **NaturVouga – Trilhos Interpretativos do Baixo-Vouga**, foram definidos 3 percursos: **Percurso do Forno Romano de Eixo**; **Percurso da Pateira de Taboeira** e **Percurso do Parque da Balsa de Eixo**



fonte: Corredores ecológicos CMA

## PERCURSOS DA NATUREZA<sup>11</sup>

As crescentes preocupações e exigências da sociedade ao nível da protecção, conservação e preservação da biodiversidade e funcionamento do meio ambiente, impõem a implementação de ações que visem o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconómico e ambiental, apoiado no conceito de desenvolvimento sustentável.

A Rede Municipal de Percursos de Natureza que se pretende implementar representa uma estratégia de promoção e visualização/divulgação dos valores naturais e ambientais, que contribuam para aumentar a fruição/vivência destes espaços, quer pela população, quer pelos visitantes do concelho e, simultaneamente, desenvolver uma sociedade mais consciente, responsável e sensível aos problemas do ambiente e formas de preservação e valorização das referencias e património natural e cultural.

Integrados numa *Rede Global de Percursos de Natureza de Aveiro* para a valorização do seu vasto e valioso património natural, foram recentemente concretizados 3 percursos, com base no estudo elaborada pela Empresa Ecoinside (NaturVouga - Projecto-piloto de conservação da natureza do Baixo Vouga. São percursos de extensão (menos de 5km), fáceis e didáticos com conteúdos formativos de biologia (flora e fauna).

**figura 26.** Percurso do Forno Romano de Eixo



**Ficha técnica:**

**Distancia do percurso:** 4,450 km  
**Tempo de percurso:**  
 A pé (5 km/h): 54 minutos  
 De Bicicleta (15 km/h): 18 minutos  
**Piso:** terra batida  
**Dificuldade do percurso:** Muito Fácil (toda a família)  
**Época aconselhada:** todo o ano  
**Localização do Percurso:** freguesia de Eixo;  
**Início e fim do percurso:** Forno Romano de Eixo.

fonte: Relatório da rede municipal de percursos de natureza Aveiro

**figura 27.** Percurso do Parque da Balsa de Eixo



**Ficha técnica:**

**Distancia do percurso:** 3,950 km  
**Tempo de percurso:**  
 A pé (5 km/h): 47 minutos  
 De Bicicleta (15 km/h): 16 minutos  
**Piso:** terra batida  
**Dificuldade do percurso:** Muito Fácil (toda a família)  
**Época aconselhada:** Este percurso é alagável nos invernos chuvosos  
**Localização do Percurso:** freguesia de Esgueira;  
**Início e fim do percurso:** Parque de merendas de Taboeira

fonte: Apoiado Relatório da rede municipal de percursos de natureza Aveiro

<sup>11</sup> Apoiado Relatório da rede municipal de percursos de natureza Aveiro

**figura 28.** Percurso da Pateira de Taboeira



**Ficha técnica:**

**Distancia do percurso:** 3,950 km

**Tempo de percurso:**

A pé (5 km/h): 47 minutos

De Bicicleta (15 km/h): 16 minutos

**Piso:** terra batida

**Dificuldade do percurso:** Muito Fácil (toda a família)

**Época aconselhada:** Este percurso é alagável nos invernos chuvosos

**Localização do Percurso:** freguesia de Esgueira;

**Início e fim do percurso:** Parque de merendas de Taboeira

fonte : Relatório da rede municipal de percursos de natureza Aveiro

## PARQUES RIBEIRINHOS

Recentemente, no âmbito da Polis Ria, visando a requalificação da Pateira de Fermentelos, através da conservação dos seus valores naturais e da promoção da sua vivência, foram concretizados os Parques REQUEIXO E CARREGAL, oferecendo condições de usufruto e ligação à água pela população e visitantes. Na generalidade os parques contemplam espaços de estar e convívio e de disfrute e observação do natureza, nomeadamente, postos de observação, mobiliário de apoio e áreas de diversão e para a prática de jogos e desporto.

*A Pateira de Fermentelos desde cedo se tornou um sistema em que as atividades humanas se integravam perfeitamente na sua dinâmica, permitindo assim a manutenção da lagoa. A prática de uma agricultura drenante e a recolha constante do moliço (para posterior utilização como adubo natural), permitiu a manutenção de uma significativa superfície livre de água e impediu o avanço do pântano. Este equilíbrio, entre a actividade agrícola e a recolha do moliço, conduziu a uma paisagem humanizada de elevada organização e diversidade, na qual a lagoa atingia a sua maior dimensão. In relatório estudo 1 relatório 5 Polis Pateira*

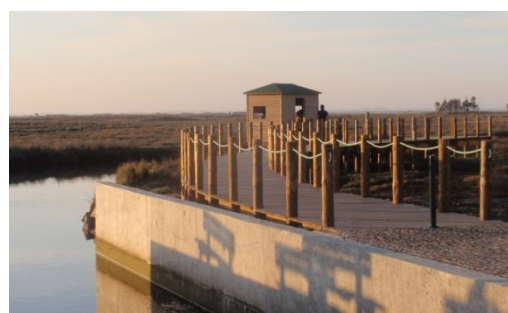


**figura 29.** Parques de Requeixo e Carregal

Também, ainda no âmbito da Polis Litoral, integrado no Eixo de “Valorização de Recursos como Fator de Competitividade Económica e Social, Aveiro beneficiou da intervenção *do reordenamento e valorização do núcleo piscatório do Cais da Esgueira*. Esta intervenção, tendo como objetivo a *criação de condições para a valorização e manutenção das atividades económicas de base tradicional ligadas ao setor das pescas*, integra um cais e uma estrutura edificada de apoio, um percurso pedonal e para bicicletas e um observatório de avifauna.



figura 30. Cais de Esgueira



fonte: Ilda Fonseca

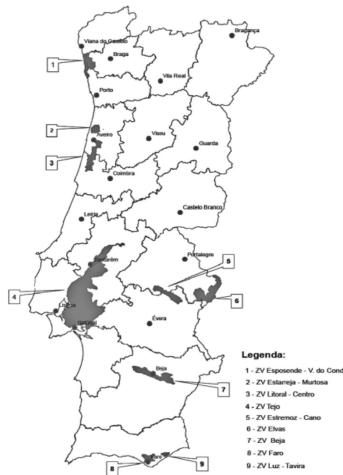
## 6. QUALIDADE/RISCOS

---

A atividade agrícola é por vezes considerada responsável por fenómenos de poluição difusa de águas superficiais e de aquíferos, embora haja muito pouca informação, e sobretudo ausência de uma rede de monitorização fiável da qualidade da água, nas zonas de regadio.

A Diretiva do Conselho nº 91/676/CEE, de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, transposta para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei nº 235/97, de 3 de setembro, na redação dada pelo Decreto-lei nº 68/99, de 11 de março, determinando que os Estados Membros identifiquem as zonas que drenam para as águas poluídas ou suscetíveis de o serem, por nitratos de origem agrícola, designadas como **Zonas Vulneráveis**, por portaria dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente e do Ordenamento do Território, sob proposta do Instituto da Água, I. P. Em cumprimento dessa mesma disposição foram aprovadas as respetivas Portarias.

O citado diploma estabelece ainda que *a lista de Zonas deverá ser analisada e, se necessário, revista ou aumentada em tempo oportuno de modo a ter em conta alterações e factores imprevistos por ocasião da primeira designação. Ora, as circunstâncias vieram demonstrar que importa realizar uma rectificação dos limites das zonas vulneráveis n.os 2 e 4, Aveiro e Mira respectivamente, alargando -as e unindo-as(...)*in preâmbulo Portaria n.º 164/2010 de 16 de Março



fonte: Portaria n.º 164/2010 de 16 de março

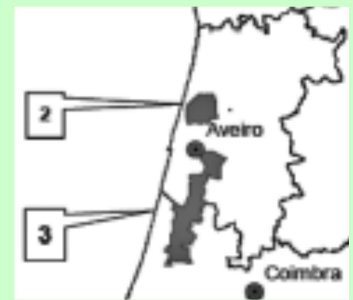


figura 31. 3- Zona Vulnerável Litoral Centro

Na sequência desta alteração os limites das zonas vulneráveis Aveiro e Mira, definidos pela Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro, e, em resultado da sua união, doravante designada como zona vulnerável Litoral Centro(...). Artº3º, Portaria n.º 164/2010 de 16 de Março.

## 7. CARTA AGRÍCOLA

Associado a este relatório foi desenvolvida uma Carta, em anexo, que pretende fazer uma compilação de todos os elementos territoriais disponíveis e que de alguma forma traduzem várias questões relacionadas com o solo rural, na generalidade, e com a atividade agrícola, em particular. Segue-se uma breve descrição dos vários elementos identificados na carta, a respetiva fonte e ou metodologia adotada.

### Estufas

O recurso à atividade agrícola em estufas apresenta uma opção com alguma expressão no território municipal, pelo que, se considerou importante a sua representação e localização cartográfica. Não dispondo de outra fonte de informação a localização das estufas representada na *carta agrícola* apoiou-se nos ortofotos (ADRA-2010), nos registos disponíveis na aplicação do Sistema de Processos de Obras (SPO) bem como, no

conhecimento do terreno de algumas situações. Pela análise da distribuição territorial, sobressai a sua maior relevância para o nº de estufas localizadas nas freguesias de Oliveirinha e S. Bernardo.

### Explorações agropecuárias

Os problemas ambientais que poderão surgir pela localização de algumas das explorações tem vindo a agravar-se por dificuldades de compatibilização dos vários interesses envolvidos, em particular no que concerne à gestão e ordenamento do território.

No âmbito deste relatório, para além da caracterização das explorações apoiada nos dados estatísticos do RA 2009 nos capítulos iniciais, pretendeu-se, também, fazer uma identificação e avaliação da localização territorial das instalações pecuárias mais relevantes no município.

Com este objetivo e para sua concretização, foram inúmeras as dificuldades encontradas. Para sistematização desta informação procedeu-se ao levantamento e análise de processos de obras, à identificação de registos da aplicação do Sistema de Processos de Obras SPO em SIG, observação dos ortofotos 2010 e ainda à solicitação de informação às juntas de freguesias e apoio ao serviço da polícia Municipal (em 2011).

Paralelamente, foram disponibilizados elementos pela DRAPC: em 2008 foi fornecido um ficheiro com a localização das instalações pecuárias de produção de leite e em 2012 foram fornecidos dois ficheiros com levantamentos das explorações agropecuárias.

### *Programas e Projetos Relevantes*

---

#### - Projetos Hidroagrícolas

A delimitação dos aproveitamentos hidroagrícolas do Vouga, nos quais se integram o Bloco do Baixo Vouga e o Bloco do Baixo Vouga Lagunar, dos regadios de Eirol e Requeixo, apoiou-se nos elementos fornecidos pela DRABL;

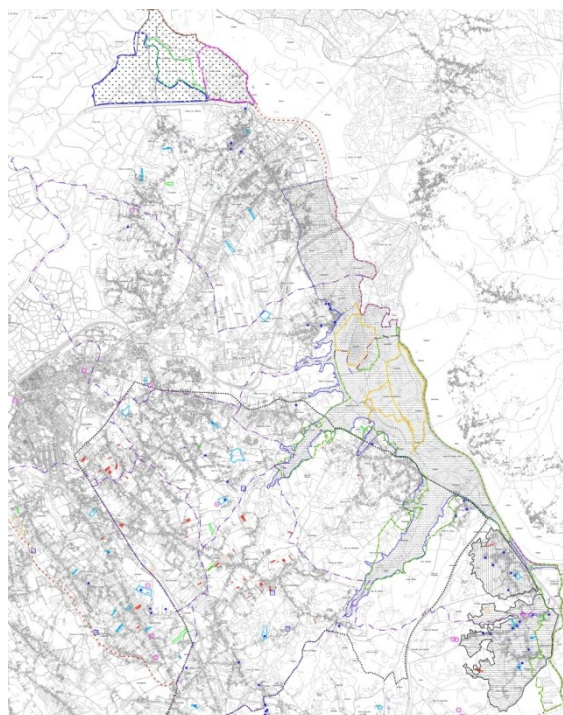
#### - Emparcelamento Rural

Os emparcelamentos rurais do concelho foram fornecidos pela DRAPC e integram os perímetros dos blocos do Baixo Vouga Lagunar e do Baixo Vouga.

### *Património rural*

---

A presença de alguns elementos representativos do património e recursos naturais e agrícolas no concelho, nomeadamente, azenhas e moinhos, determinou a programação de projetos e ações que importa identificar. Esta identificação apoiou-se na carta arqueológica do concelho de Aveiro, publicação da CMA 2001.



Qualidade / Riscos	Património Rural	Turismo Rural
 Zonas Vulneráveis (alterada a dezembro de 2015)	 Azenhas	 Percursos / Trilhos B. Vouga
	 Moinhos	

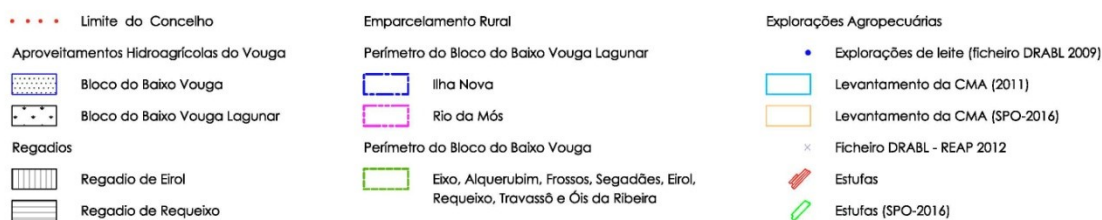


figura 32. extrato carta agrícola em anexo

## 8. CONCLUSÃO

Aveiro na sua génese esteve fortemente ligado à Ria, enquanto elemento determinante no desenvolvimento económico do concelho, dela dependendo inúmeras atividades tradicionais, desde apanha do moliço, importante no suporte da agricultura, à pesca e à exploração do sal. A reabilitação e reinterpretção de algumas atividades tradicionais, é fundamental, não só na preservação dos ecossistemas e recursos naturais, como também, na manutenção da imagem e das referências da identidade e história do Aveiro.

A rede hidrográfica do concelho, extensa e complexa com diversas linhas de água que desaguam na laguna, com destaque para os Rios Vouga, Antuã e Boco e para nascente a Pateira de Fermentelos, localizada a jusante da confluência do Rio Águeda com o Rio Cértima, a par da existência de uma importante mancha de solos com capacidade agrícola satisfatória, oferecem condições favoráveis para a intensificação e aposta nos sistemas produtivos existentes com maior expressão, com destaque para as culturas forrageiras, como suporte dos efetivos animais, para os cereais para grão e para a horticultura e fruticultura.

Contudo, a reestrutura fundiária, a baixa produtividade do trabalho agrícola e o elevado grau de envelhecimento dos agricultores portugueses, configuram uma projeção pouco animadora para o futuro das explorações, o que a acontecer, dará origem a problemas cuja repercussão social, económica, cultural e ambiental não podem ser ignorados e que devem ser contrariados.

A agricultura e a floresta terão de ser consideradas na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento rural e na definição de medidas que visam investimentos não agrícolas, tendo em conta a sua importância na paisagem, no ambiente e na promoção de equilíbrios sociais.

Os diferentes programas e instrumentos do Portugal 2020, constituem a oportunidade de garantir o financiamento das ações estratégicas de desenvolvimento Local, através dos programas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBCs), apoio fundamental para a execução de projetos de desenvolvimento económico e social, com especial incidência nas pescas e zonas costeiras, assim como na agricultura, pecuária e floresta em articulação com a preservação do património ambiental e cultural”.

“A relação entre as atividades de turismo, ambiente e agricultura tem, aparentemente, um enorme potencial preventivo e curativo e pode constituir, por isso, um triângulo virtuoso (...) são as atividades que mais e melhor podem contribuir para um processo de desenvolvimento rural sustentável...” in *programa de desenvolvimento rural da região centro da DRAPC*